

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

**DANIELE CHAGAS DE BRITO**

**O APLICATIVO MUDAMOS: questionando os direcionamentos do projeto de participação online na perspectiva dos usos sociais potenciais singulares do meio**

**São Leopoldo**

**2019**

DANIELE CHAGAS DE BRITO

**O APLICATIVO MUDAMOS: questionando os direcionamentos do projeto de participação online na perspectiva dos usos sociais potenciais singulares do meio**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira

São Leopoldo

2019

B862a Brito, Daniele Chagas de.  
O Aplicativo Mudamos : questionando os direcionamentos do projeto de participação online na perspectiva dos usos sociais potenciais singulares do meio / por Daniele Chagas de Brito. – 2019.  
105 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2019.  
“Orientador: Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira”.

1. Mídia. 2. Participação. 3. Aplicativo Mudamos. 4. Individualismo. 5. Democracia. I. Título.

CDU: 659.3:323.2

**DANIELE CHAGAS DE BRITO**

**O APLICATIVO MUDAMOS: QUESTIONANDO OS DIRECIONAMENTOS DA  
PARTICIPAÇÃO ONLINE NA PERSPECTIVA DOS USOS SOCIAIS  
ESPECÍFICOS DO MEIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

**APROVADA EM 12 DE JULHO DE 2019.**

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF. DR. CARLOS ALBERTO JAHN – UNICAP –  
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA**



---

**PROFA. DRA. ANA PAULA ROSA – UNISINOS**



---

**PROF. DR. JAIRO GETÚLIO FERREIRA – UNISINOS**

Aos meus pais, Márcia e Leonel, pela dedicação, por me proporcionarem condições de estudar, pelo amor, carinho e parceria nas minhas aventuras acadêmicas.

## **AGRADECIMENTOS**

Impossível não se emocionar e lembrar de pessoas que foram tão importantes para que pudesse chegar neste momento.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por sempre me escutar e acalmar meu coração nos momentos em que tive muitos medos e incertezas.

Aos meus pais, Márcia e Leonel, as pessoas mais importantes da minha vida e pelas quais me esforço diariamente para ser alguém melhor. Ao meu irmão Diego, que muitas vezes não entende minhas escolhas, mas sei que está sempre na minha torcida.

Aos meus anjos, em forma de afilhadas, Isabelle, Larissa e Lara, que tornam a caminhada mais leve e com esperança de dias melhores.

Aos professores que passaram pela minha vida, desde as séries iniciais até a pós-graduação. Agradeço pela minha alfabetização, pelo conhecimento que me proporcionaram e por plantarem a sementinha da educação. Muito obrigada por tudo!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, em especial, da linha de pesquisa de Midiatização e Processos Sociais, pelas reflexões teóricas, pela troca, acolhida e compreensão em meio a minha loucura de dividir o mestrado com o mercado de trabalho.

Às professoras Ana Paula da Rosa e Maria Clara de Aquino Bittencourt, pelas valorosas contribuições na minha banca de qualificação, que foram essenciais para chegar na conclusão deste trabalho.

Aos colegas, que se tornaram grandes amigos: Bantu Sayla, Catiane Rocha (UFBA), Luísa Staldoni, Marco Tessarotto, Mylene Ferreira e Tatiane Milani. A caminhada foi mais leve na companhia de vocês.

Aos amigos e amigas que foram muito compreensíveis nos últimos dois anos. Agradeço por entenderem minha ausência e por todo apoio necessário para a realização deste trabalho.

E por fim, mas não menos importante, ao meu orientador, professor Jairo Ferreira, pela compreensão nos momentos difíceis, por me acalmar quando foi necessário e por dividir comigo um momento tão importante da minha trajetória acadêmica.

“Quando alguma coisa nova e surpreendente acontece, queremos uma explicação, e em geral recorremos a algo relacionado à novidade.” (SHIRKY, 2011, p. 91).

## RESUMO

A presente pesquisa faz parte de um estudo no âmbito do tema comunicação e política, focando nos usos potenciais do meio Mudamos. Nossa ênfase está na perspectiva da midiatização, com base nos conceitos de dispositivo (FERREIRA, 2007, 2016a), circuitos (BRAGA, 2012, 2017a) e circuito-ambiente (FERREIRA, 2016a). As questões centrais desta investigação são as seguintes: **quais são os direcionamentos do meio-aplicativo Mudamos, considerando sua arquitetura e as possibilidades de ações por parte dos usuários? Os direcionamentos propostos pelo Aplicativo Mudamos correspondem à promessa de que esse meio fortalece a democracia participativa?** Ao longo do desenvolvimento desta investigação, para compreender e responder nossos questionamentos, partimos da seguinte proposição preliminar: o Mudamos – anunciado como um aplicativo de participação democrática no espaço político – se configura em um espaço que possibilita uma participação individualista na política. Essa proposição é apresentada e discutida por meio de operações inferenciais explicitadas neste trabalho. O método adotado para conduzir a pesquisa é subsidiado nos argumentos abduutivo, indutivo e dedutivo, que se complementam, mas também se diferenciam a partir de suas operações inferenciais específicas (FERREIRA, 2012). Fundamentada no método adotado, realizamos uma visita descritiva ao aplicativo, estabelecendo algumas inferências dedutivas em concordância com a proposição desta dissertação. E por fim, apresentamos as operações inferenciais (metáforas, metáforas, analogias e diagramas) que contribuíram para pensar o Mudamos diante do tensionamento entre democracia e individualismo; participação e interação; conexão e solidão.

**Palavras-chave:** Midiatização. Participação. Aplicativo Mudamos. Individualismo. Democracia.

## ABSTRACT

This research is part of a study in the field of communication and politics, focusing on the potential uses of the Mudamos mean. Our emphasis is on the mediatization perspective, based on the concepts of device (FERREIRA, 2007, 2016a), circuits (BRAGA, 2012, 2017a) and circuit-means (FERREIRA, 2016a). The central questions of this research are the following: **What are the directions of the Mudamos means-application, considering its architecture and the possibilities of actions by users? The directions proposed by the Mudamos Application correspond to the promise that this mean strengthens participatory democracy?** Throughout the development of this research, to understand and answer our questions, we start from the following preliminary proposition: The Mudamos - announced as an application of democratic participation in the political space - is configured in a space that allows an individualist participation in politics. This proposition is presented and discussed through inferential operations explained in this paper. The method adopted to conduct this research is subsidized in the abductive, inductive and deductive arguments, which complement each other, but also differ from their specific inferential operations (FERREIRA, 2012). Based on the method adopted, we made a descriptive visit to the application, establishing some deductive inferences in agreement with the proposition of this dissertation. And finally, we present the inferential operations (metaphors, “metáporas”, analogies and diagrams) that contributed to think about the Mudamos before the tension between democracy and individualism; participation and interaction; connection and loneliness.

**Key-words:** Mediatization. Participation. Mudamos Application. Individualism. Democracy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama das relações para o estudo da Mideiatização.....	24
Figura 2 – Estrutura de acesso ao Aplicativo Mudamos .....	44
Figura 3 – Primeira tela do Aplicativo Mudamos .....	45
Figura 4 – Menu do Aplicativo Mudamos .....	46
Figura 5 – Opção “Entrar” no Aplicativo Mudamos.....	47
Figura 6 – Sequência de telas para realização do cadastro no Aplicativo Mudamos	47
Figura 7 – Tela com os projetos de lei em nível nacional do Aplicativo Mudamos....	49
Figura 8 – Projeto de Lei “Lei #PraElas” no Aplicativo Mudamos.....	50
Figura 9 – Tela com mais detalhes sobre o Projeto de Lei “Lei #PraElas”.....	51
Figura 10 – Tela para assinatura do Projeto de Lei “Lei #PraElas” .....	52
Figura 11 – Tela do Projeto de Lei “Lei #PraElas” após a assinatura do usuário.....	52
Figura 12 – Tela para compartilhamento do Projeto de Lei “Lei #PraElas” .....	53
Figura 13 – Tela com os projetos de lei na “Minha Localidade” do Aplicativo Mudamos.....	54
Figura 14 – Tela com “Todos” os projetos de lei do Aplicativo Mudamos .....	55
Figura 15 – Projeto de Lei “Estamos de Olho” no Aplicativo Mudamos .....	56
Figura 16 – Tela com informações sobre a não possibilidade de assinar um projeto de lei.....	57
Figura 17 – Continuação da tela com informações sobre a não possibilidade de assinar um projeto de lei .....	58
Figura 18 – Tela com os projetos de lei “Assinados” no Aplicativo Mudamos.....	59
Figura 19 – Tela com os projetos de lei “Favoritos” no Aplicativo Mudamos .....	60
Figura 20 – Tela com o menu do Aplicativo Mudamos.....	61
Figura 21 – Tela sobre proposição de projeto de lei no Aplicativo Mudamos .....	62
Figura 22 – Página inicial da plataforma para envio dos projetos para a equipe do Mudamos.....	63
Figura 23 – Espaço para preencher o nome do projeto de lei que usuário está propondo .....	64
Figura 24 – Espaço para inserir o texto do projeto de lei .....	65
Figura 25 – Espaço para inserir a esfera a qual se destina o projeto de lei .....	66
Figura 26 – Espaço para enviar o link de um vídeo onde autor da proposição explica a proposta .....	67

Figura 27 – Espaço para informar se conhece algum projeto similar que já tenha sido aprovado .....	68
Figura 28 – Espaço para conclusão do envio da proposta.....	69
Figura 29 – Página inicial do site Mudamos.org.....	70
Figura 30 – Menu “Assine um projeto” no site do Mudamos .....	71
Figura 31 – Parte inicial do menu “Guia de mobilização” no site do Mudamos.....	72
Figura 32 – Parte inicial do menu “Quem somos” no site do Mudamos .....	73
Figura 33 – Histórico da iniciativa no menu “Quem somos” no site do Mudamos.....	73
Figura 34 – Página do Mudamos no Facebook.....	74
Figura 35 – Post na página do Mudamos no Facebook.....	75
Figura 36 – Projeto de Lei Eduardo Fischer no Aplicativo Mudamos .....	76
Figura 37 – Projeto de Lei Eduardo Fischer no Aplicativo Mudamos .....	77
Figura 38 – Divulgação do Projeto de Lei Eduardo Fischer no Instagram @edufischer.oly.....	78
Figura 39 – Diagrama construído a partir do método .....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Circuito ambiente recortado para esta pesquisa .....	33
Quadro 2 – Inferências preliminares sobre o Caso .....	80

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 O OBJETO: A MUDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA .....</b>	<b>19</b>
2.1 ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA: A MUDIATIZAÇÃO .....	23
2.2 OS MEIOS E OS DISPOSITIVOS.....	26
2.3 A CIRCULAÇÃO E OS MEIOS .....	28
2.4 CIRCUITO-AMBIENTE RECORTADO.....	31
2.5 PRELIMINARES SOBRE O MÉTODO.....	35
2.6 O INDIVIDUALISMO CONECTADO: A PROPOSIÇÃO DE PARTIDA.....	40
<b>3 APLICATIVO MUDAMOS: CAMPO DE OBSERVAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
3.1 O ACESSO AO APLICATIVO .....	42
3.2 ESTRUTURA DE CONJUNTO: INFERÊNCIAS E ANÁLISE DOS ESPAÇOS DO APLICATIVO MUDAMOS.....	44
3.3 INFERÊNCIAS: NAS BORDAS DO APLICATIVO MUDAMOS.....	61
<b>3.3.1 A Plataforma para envio dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular.....</b>	<b>61</b>
<b>3.3.2 O site Mudamos.org.....</b>	<b>69</b>
<b>3.3.3 Mudamos no Facebook.....</b>	<b>74</b>
<b>3.3.4 O Projeto de Lei Eduardo Fischer no aplicativo e nas bordas.....</b>	<b>76</b>
<b>4 OPERAÇÕES INFERENCIAIS .....</b>	<b>80</b>
4.1 METÁPORO .....	81
4.2 METÁFORAS .....	82
4.3 ANALOGIAS.....	83
4.4 DIAGRAMA .....	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, além de apresentar um estudo dentro da perspectiva da midiatização e da política, também representa o fim de um ciclo – o mestrado. É a “porta de entrada” para a possibilidade de novas experiências e continuidades desta investigação. É o momento de entregar o relatório final do que foi pesquisado nos últimos dois anos, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Minha trajetória com a pesquisa científica não é de hoje, teve início nos últimos semestres da graduação em Jornalismo, também realizada na Unisinos. Na época, para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, apresentei uma proposta semelhante à desta dissertação que envolvia o mesmo eixo temático exposto aqui – comunicação e política – porém, com forte discussão sobre as interfaces tecnológicas, trazendo um olhar mais positivista. Após a conclusão da graduação, tive a oportunidade de ir amadurecendo minhas perspectivas, participei de discussões em congressos como Intercom e SBPJor e para o ingresso no mestrado já fui capaz de desenvolver uma proposição mais elaborada.

Em 2016, ao participar do processo seletivo para ingresso no PPGCOM da Unisinos, apresentei um projeto inicial que buscava mostrar o impacto proporcionado pela tecnologia nas novas formas de participação, investigando o Mudamos. Ressalto que, nesse momento, a iniciativa era definida por mim como uma plataforma colaborativa. Isso foi questionado durante a entrevista de seleção, a partir daí foi possível pensar em novas possibilidades e olhares para o objeto.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, em especial, através das contribuições dos professores da Linha de Pesquisa 4 – Midiatização e Processos Sociais, comecei a aprofundar meu conhecimento sobre as teorias propostas pela linha e os métodos utilizados. E com base nisso, comecei a reelaborar o projeto de pesquisa para ser apresentado na banca de qualificação, contando com o auxílio do orientador.

Para a qualificação, que ocorreu em agosto de 2018, apresentei a pesquisa alicerçada em uma temática que abrangia a questão da intolerância, homofilia e incivildade nas redes sociais, em interface com as reflexões sobre comunicação e política. Como proposta de investigação, analisei as manifestações que ocorreram

nas redes sociais (em 2017) acionadas pelo aplicativo de tecnologia móvel denominado Mudamos<sup>1</sup>.

Após as considerações da banca e a partir de reflexões sobre o atual contexto político do país, decidi, em conjunto com o orientador, fazer um outro movimento de pesquisa, produzindo novas inferências para a construção de um caso focado apenas na iniciativa Mudamos.

Durante a elaboração desta dissertação – no decorrer dos dois anos do mestrado – tive muitas ideias, muitas mudanças, com “idas e vindas” ao objeto de pesquisa a partir das teorias propostas pela linha de Mídiação e Processos Sociais. Meus movimentos de pesquisa foram tentativos, sempre na busca por compreender melhor o papel da mediação no contexto político, no qual o Aplicativo Mudamos está inserido. Os movimentos realizados nesta investigação contribuíram para chegar em uma hipótese sobre o caso construído. Não foi uma trajetória fácil, mas foi essencial para que pudesse aprofundar questões tão importantes dentro dos estudos de comunicação e política.

A partir disso, para o texto final desta dissertação, buscamos apresentar uma discussão sobre a mediação da política considerando o espaço Mudamos em sua organização e possibilidades específicas de usos. A proposta é trazer uma reflexão acerca das práticas de democracia que vem sendo oferecidas pelo Aplicativo Mudamos. Essas práticas promovem certo tipo de individualismo, o que nos permite pensar nesse meio como acionador de tensões nas relações entre democracia, participação, conexão e interações.

O aplicativo de tecnologia *mobile* Mudamos<sup>2</sup> é uma iniciativa desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro – ITS Rio. Foi lançado em abril de 2017. O objetivo do Mudamos é o de ser um espaço para envio de projetos de lei de iniciativa popular<sup>3</sup>, assim como de coleta de assinaturas eletrônicas para os mesmos. “A plataforma funciona tanto para quem tem uma ideia e quer fazê-la chegar a uma casa legislativa (municipal, estadual ou federal), como para cidadãos que desejam apenas apoiar ideias que estejam lá”. (REVISTA GOL, 2017, p. 136).

---

<sup>1</sup> O aplicativo será descrito na próxima seção desta pesquisa.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org>. Acesso em: 27 abr. 2018.

<sup>3</sup> De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 61: “§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”.

Conforme descrição na página inicial do site do Mudamos, ele “é um aplicativo que coleta assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular, revolucionando a relação entre eleitores e seus representantes”. (MUDAMOS, 2017). Os recursos para criação do aplicativo foram financiados através do prêmio Desafio Impacto Social, que o ITS Rio conquistou em 2016<sup>4</sup>.

O projeto para criação do aplicativo foi do advogado especialista em direito eleitoral, partidário, ex-magistrado, relator da Lei da Ficha Limpa e idealizador da expressão "Ficha Limpa", Márlon Jacinto Reis<sup>5</sup>, bem como do advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e especialista em tecnologia, Ronaldo Lemos. Reis foi um dos fundadores do movimento social intitulado “Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral”, é filiado e também advogado do partido Rede Sustentabilidade (REDE). Já Lemos é sócio do escritório Pereira Neto Macedo Advogados, onde coordena a área de mídia e propriedade intelectual, foi um dos criadores do Marco Civil da Internet e é um dos diretores do ITS Rio<sup>6</sup>.

Já o ITS Rio, instituto responsável pelo desenvolvimento do Aplicativo Mudamos, é uma organização independente e sem fins lucrativos. De acordo com a descrição no site da instituição, sua missão “é assegurar que o Brasil e o Sul Global respondam de maneira criativa e apropriada às oportunidades fornecidas pela tecnologia na era digital, e que seus potenciais benefícios sejam amplamente compartilhados pela sociedade”. (ITS RIO, 2018). O instituto conta em sua equipe com diversos professores e pesquisadores, de instituições como: UERJ, PUC-Rio, FGV, IBMEC, ESPM, MIT Media Lab e entre outras<sup>7</sup>. Em 18 de janeiro de 2019, em sua página oficial no Facebook, a equipe do Mudamos divulgou uma nota onde informava sobre a atualização realizada no aplicativo. Conforme a nota, a atualização foi gerada a partir de sugestões enviadas pelos próprios usuários. Desta forma, diferente do texto apresentado na banca de qualificação (agosto de 2018) a

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/quem-somos>. Acesso em: 19 jul. 2017.

<sup>5</sup> Informações sobre Márlon Jacinto Reis foram retiradas da Revista Gol, edição 189, de dezembro de 2017, na página 136 e do site Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rlon\\_Reis](https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rlon_Reis). Acesso em: 29 abr. 2018.

<sup>6</sup> Informações sobre Ronaldo Lemos retiradas do site Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ronaldo\\_Lemos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ronaldo_Lemos). Acesso em: 29 abr. 2018. E também retiradas do site ITS Rio. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/institucional/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

<sup>7</sup> Informação retirada da aba institucional do site ITS Rio. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/institucional/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

descrição do aplicativo Mudamos será apresentada e analisada com base na última versão – no Capítulo 3 desta dissertação.

A iniciativa salientou que entre as principais alterações no aplicativo, está: o novo fluxo para login, tanto de novos usuários, como de antigos; um novo visual no *layout*, além do menu na lateral esquerda, agora também conta com um menu superior; a tela de carregamento com um índice de porcentagem; um filtro de pesquisa na barra superior e, por fim, uma tela de boas-vindas para quem acessa o aplicativo pela primeira vez.

Porém, salientamos que a nossa proposta de pesquisa não é analisar o uso do meio no sentido genealógico ou em contexto de usos posteriores, mas sim, compreender as tensões que são geradas em sua especificidade, em especial, para a democracia – que vem sendo fragilizada nos últimos anos. Assim como, apresentar uma hipótese de partida e outra, de chegada, configurando um caso de investigação, a partir do que tem sido oferecido pela iniciativa

Desta forma, partimos das seguintes questões de pesquisa: **Quais são os direcionamentos do meio-aplicativo Mudamos, considerando sua arquitetura e as possibilidades de ações por parte dos usuários?** E como complemento de nossa problemática, também apresentamos o seguinte questionamento: **esses direcionamentos propostos pelo Aplicativo Mudamos correspondem à promessa de que esse meio fortalece a democracia participativa?**

A proposta desta pesquisa é avançar nas discussões que envolvem o eixo temático comunicação e política, recortado pelas relações entre democracia e individualismo, com um olhar para a midiaticização. Nossa investigação, além de trazer um debate ainda pouco aprofundado no campo acadêmico, pretende sugerir outras reflexões para os pesquisadores desta área. Hoje, a comunicação está presente em todas as esferas e em todos os segmentos da sociedade, portanto acreditamos que é preciso apresentar proposições de pesquisa que sirvam para refletir acerca das práticas comunicacionais que estão sendo ofertadas.

Diante disso, consideramos que o estudo relatado nesta dissertação visa contribuir, de forma positiva, para o desenvolvimento de outras pesquisas. Em nossa perspectiva, apenas a troca de conhecimento pode fazer com que ocorram avanços nas discussões sobre o tema. Sendo assim, salientamos que o objetivo geral desta pesquisa é o de desenvolver a hipótese sobre as tensões que emergem nos usos específicos dos meios inscritos na concepção de democracia online.

Quanto à estrutura deste trabalho, nosso objeto é apresentado no Capítulo 2, situando-o em inferências preliminares. Nesse capítulo, apresentamos também as bases teóricas sobre a midiaticização, com ênfase na perspectiva da circulação, através do que vem sendo proposto por Braga (2006, 2012, 2018) e Ferreira (2013, 2016a, 2016b, 2017a). Também abordamos o método adotado (a partir dos argumentos abdução, indutivo e dedutivo) e as inferências preliminares, que nos levaram a hipótese de que o Mudamos, anunciado como aplicativo de participação democrática no contexto político, na realidade, configura-se como espaço de participação individualista na política.

No capítulo 3, realizamos uma visita inferencial ao aplicativo, com algumas inferências dedutivas, conforme a proposição inicial. Por visita inferencial queremos destacar que a interação com esse micro espaço e tempo do aplicativo permite um conjunto de percepções e inferências indutivas, um dos movimentos centrais para configuração do objeto. Neste capítulo, apresentamos como as pessoas chegam até o aplicativo (o acesso); uma espécie de organograma do aplicativo; a sua entrada em uma perspectiva macro (do todo – projetos nacionais) e micro (aos caminhos mais específicos); as inferências analisadas em cada uma das entradas e as interações que ocorrem por fora do aplicativo – pelas bordas (FAUSTO NETO, 2010) – num formato de etnografia do espaço oferecido, na perspectiva do usuário.

No capítulo 4, desenvolvemos e aprofundamos as inferências apresentadas superficialmente nos Capítulos 2 e 3, a partir de um conjunto de operações. Essas operações possibilitaram localizar o aplicativo como agente tensionador entre democracia, participação, individualismo, conexão e solidão. A partir da construção de diversas operações inferenciais, elaboramos a hipótese de que o Mudamos não se trata de um micro-espaço de exercício de uma democracia liberal (idealizada), mas sim de um tipo de individualismo, conectado e solitário, que alimenta uma crise das relações entre democracia, participação e interação. Neste capítulo, portanto, apresentamos nossa hipótese conclusiva sobre o objeto.

Nas considerações finais, retomamos o conjunto desta dissertação, visando singularizar a hipótese de partida, buscando uma hipótese de chegada, conforme o caso de pesquisa empírica, e propor novas questões e investigações sobre os meios relacionados com a ideia de democracia participativa, que podem ser trabalhadas em estudos futuros. Além disso, procuramos evidenciar a diferenciação desta

pesquisa em relação a outras realizadas sobre os meios de participação política online.

## 2 O OBJETO: A MIDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho fomos constantemente questionados, em aulas e seminários, sobre o que seria a midiatização na proposta que estava sendo apresentada. Isso se deve ao fato deste trabalho estar inscrito na linha de pesquisa “Midiatização e Processos Sociais”. Confessamos que pesquisar sobre midiatização é um desafio. Primeiro, por ser um conceito com múltiplos olhares, tanto de autores latino americanos como de pesquisadores escandinavos. Segundo, por ser considerada uma perspectiva em formação, que está em construção. Nesse sentido, entende-se que as pesquisas que foram desenvolvidas e as que ainda estão em desenvolvimento, são capazes de contribuir de maneira efetiva para a reflexão em torno da assim chamada “midiatização da sociedade”.

Quando iniciamos nossa compreensão sobre a midiatização, nos alinhamos a uma das definições mais recorrentes no PPG de Comunicação da Unisinos. Essa perspectiva mostra a midiatização como “[...] uma ambiência, um novo modo de ser no mundo, [...] que caracteriza a sociedade atual”. (GOMES, 2016, p. 18). Ou seja, pode-se pensar a partir disso a forma como que a sociedade vem agindo com suas inúmeras transformações, em específico, as comunicacionais.

Como o objeto desta pesquisa está presente no digital, a midiatização será abordada dentro dessa perspectiva.

As tecnologias midiáticas, ao passo que possibilitam maior interação social entre indivíduos, também podem entranhar um deslocamento de questões politicamente fundamentais através dos conteúdos que transmitem e dos processos a que dão origem. (FAXINA; GOMES, 2016, p. 26).

A midiatização, conforme expressa Fausto Neto (2006), é um conceito novo, em formação e ainda pouco problematizado. Isso dificulta nas reflexões sobre e no desenvolvimento de pesquisas, mas também abre o caminho para novas perspectivas. O autor salienta que a midiatização pode ser considerada “[...] tanto uma categoria explicativa do tipo de sociedade em que vivemos, mas também um fenômeno que apresenta no interior questões que remetem sua complexidade, bem como determinados mecanismos do seu próprio funcionamento”. (FAUSTO NETO, 2006, p. 05). Ou seja, na proposta de Fausto Neto, a midiatização não é o acontecimento, o fato em si, nem uma caracterização de determinado fenômeno, mas sim, as afetações que esse episódio causa na sociedade. Essas afetações

estão presentes de forma expressiva nos diversos campos sociais. Entre eles, o político, sobre o qual versa esta pesquisa.

Atualmente é muito difícil pensar nos diversos campos sociais – político, jurídico, econômico, cultural, religioso, entre outros – sem levar em consideração as mudanças que estão ocorrendo em suas práticas. Alguns campos (como o jurídico) cujas instituições sempre foram consideradas fechadas, sem muito apelo midiático, começaram a se inserir em fenômenos comunicacionais e passaram por atravessamentos de lógicas comunicacionais e de outros campos sociais.

Um grande exemplo disso é o caso da Operação Lava Jato, que foi constituída em cima de diversos atravessamentos entre campos sociais – jurídico, econômico, político e comunicacional. Hoje, o judiciário acaba por se tonar uma espécie de setor midiático, que “faz” comunicação a partir da criação de grupos no Facebook e WhatsApp, além de páginas no Facebook. Informações que antes eram divulgadas apenas pela imprensa, agora estão disponíveis nos noticiários, nas redes sociais e entre outros espaços de comunicação, transpassando diversos campos. De acordo com Braga (2015, p. 24), na midiatização:

Ocorre um atravessamento de todos os campos sociais por processos interacionais midiatizados – que sejam acionados pelo campo dos media; quer acionados de fora, por outros campos ou por setores da sociedade ao largo; quer, ainda por iniciativa de subsetores dos próprios campos sociais.

Em um texto anterior, Braga (2012, p. 36) salienta que “o surgimento das novas tecnologias disponibiliza possibilidades de midiatização para setores “não midiáticos”: das mais diversas instituições aos grupos *ad-hoc* e aos indivíduos”. Ou seja, a técnica e a tecnologia possibilitam aos mais variados campos sociais o processo de midiatização.

Nesta pesquisa, o objetivo é aprofundar o conceito de midiatização na perspectiva de uma nova cultura política, na qual a sociedade começa a mudar seu “modo de agir e ser político” no processo de construção social. Para além do mero uso de meios e ferramentas tecnológicas, notamos a criação de novas ações e novos modos de fazer política. Consideramos que isso é um reflexo da sociedade em midiatização.

Para refletir sobre o contexto social e político do país, bem como para pensar acerca das afetações provocadas por esta transformação da sociedade (heurística da midiatização) se tem como exemplo as Jornadas de Junho de 2013, que

ocorreram em diversas partes do Brasil. Esse é um exemplo claro da sociedade em midiatização, que se organiza através de determinados meios – as redes sociais – e mostra um novo tipo de participação e ativismo social.

A partir do século XX, as mídias apresentam relevância crescente na própria organização da sociedade, em que percebemos incidências mútuas entre as instituições midiáticas e questões políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais. (BRAGA, 2018, p. 293).

Neste mesmo período, até um pouco antes das Jornadas de Junho de 2013, começaram a surgir no Brasil meios que buscavam promover um nível maior de participação da sociedade nas decisões políticas. Novos espaços surgiram, a partir desta transformação social. Podemos citar algumas iniciativas, como: Cidade Democrática<sup>8</sup>, VoteNaWeb<sup>9</sup>, Colab.Re<sup>10</sup> e Avaaz<sup>11</sup>. Essas plataformas possuem características parecidas com as observadas no Aplicativo Mudamos, também são voltadas para questões políticas, que envolvem a democracia, governabilidade, fiscalização e promoção da cidadania. Porém, muito além de pensar sobre suas funcionalidades, destaca-se como a sociedade, que cria, gerencia e participa destas iniciativas é afetada por esse contexto da midiatização e muda sua forma de participação cidadã, de pensar e praticar a política a partir de ferramentas comunicacionais. Quando falamos em individualismo não estamos generalizando. A inferência se refere apenas a especificidade deste caso. Certamente, outros processos midiáticos direcionam para configurações vinculares não individualizadas nem individualistas.

Percebemos que, na sociedade em midiatização, passou-se a desenvolver com mais frequência tais ferramentas ao mesmo tempo em que houve uma mudança nas formas de inserção no contexto social. Isso reflete diretamente na forma como os processos sociais são constituídos, pois esses estão cada vez mais interligados com processos de comunicação e com dispositivos. Para refletir sobre isso, destaca-se o que é proposto por Fausto Neto (2006, p. 09), que salienta que a midiatização é uma combinação

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.cidadedemocratica.org.br/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.votenaweb.com.br/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.colab.re/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://secure.avaaz.org/page/po/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

[...] de conhecimentos e operações estruturadas nas formas de tecnologias de informação que criam novos ambientes e nos quais se produzem novas formas de interações, que tem como referências lógicas e processos discursivos voltados para a produção de mensagens.

Esses novos ambientes produzem novas formas de interação, que podem ser pensadas observando as redes sociais configuradas a partir do acesso, de usos e de práticas sociais dos meios digitais (observáveis desta pesquisa). E é nos meios digitais que tais formas de interação surgem e são capazes de construir novos processos discursivos.

Alguns autores, como Sá Martino (2014) consideram a midiatização um processo “[...] que não é algo mecânico: uma atividade não se torna midiatizada apenas porque é feita via mídia, mas porque um ser humano, usando determinada mídia, mudou seu modo de realizar alguma atividade”. (SÁ MARTINO, 2014, p. 270). Salientamos que no projeto inicial apresentado ao programa de pós graduação, ao tentar explicar a midiatização, trouxemos uma proposta que considerava a sociedade um personagem secundário e mostrava a técnica e a tecnologia como um objeto principal deste processo.

A midiatização - ainda que em processo, que seja um conceito em construção, uma teoria relativamente nova e em constante debate e reformulação - faz parte das mudanças que estão ocorrendo nas formas pelas quais a sociedade vem criando e utilizando os meios e as técnicas de comunicação. Assim, podemos pensar a midiatização a partir da problemática “[...] das relações entre a mídia e as sociedades, nas quais a expansão das redes de comunicação se ambienta”. (VERÓN, 2014, p. 14). No entanto, salientamos que o autor parte de uma perspectiva sobre a midiatização originada na linguística, na qual o mesmo vê o conceito como “[...] um substantivo que dá nome a um processo, as entidades consideradas como sujeitas de tal processo são, na maioria dos casos, as sociedades em si ou subsistemas particulares delas”. (VERÓN, 2014, p. 14). Portanto, mesmo que a proposta de Verón não seja a que será adotada para a análise desta investigação, suas contribuições são fundamentais para refletir sobre o conceito e todos os seus avanços nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas nos últimos anos.

Defendemos que é possível verificar que algumas transformações estão presentes no nosso dia a dia, tais como: a forma como as pessoas se adaptam aos ambientes, as informações que recebem, entre outras “ações”. Tudo isso mostra que

os atores sociais deixaram de ser simples receptores, consumidores de determinado produto e passaram a produzir e fazer circular a informação em diversos formatos e significados. De acordo com Verón (2014, p. 15), a midiatização é vista como uma “[...] longa sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências”. Deste modo, podemos entender que a midiatização está associada as diversas transformações sociais de caráter comunicacional que já foram citadas anteriormente.

Sendo assim, adotamos uma visada teórica mais voltada para os pesquisadores da linha de pesquisa na qual este trabalho está inscrito. Na sequência, passamos a abordar de maneira mais aprofundada a escolha epistemológica a partir da perspectiva da midiatização que conduz as análises desta pesquisa.

## 2.1 ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA: A MIDIATIZAÇÃO

Conforme explicado anteriormente, para conduzir a presente pesquisa foi necessário compreender o que os teóricos estão falando sobre a midiatização. Dessa maneira, é importante realizar uma escolha epistemológica, na qual se insere a presente pesquisa, pois “para entender a midiatização, é necessário superar as várias ideologias em jogo na análise do conceito”. (FERREIRA, 2007, p. 11). Ou seja, é preciso fazer uma opção.

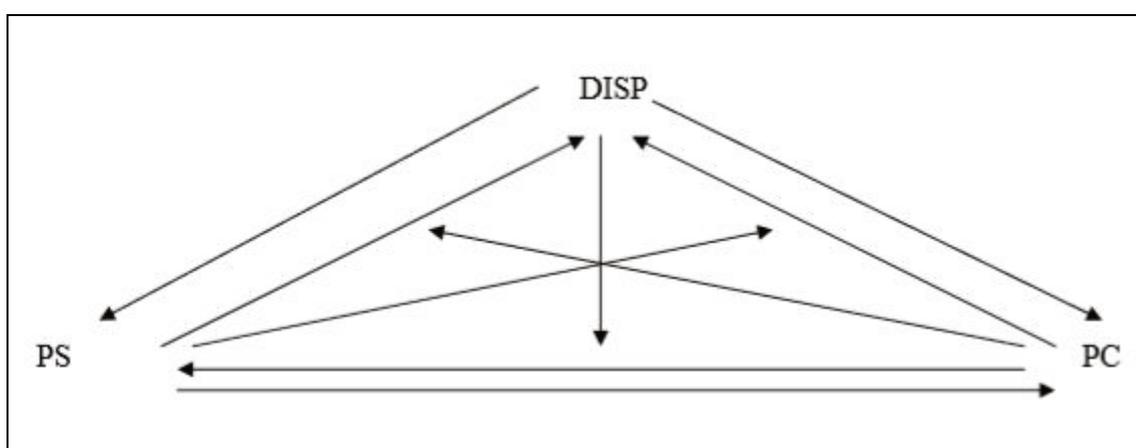
Por mais que se tenha conhecimento de que a midiatização é discutida por autores de diferentes lugares do mundo, entre eles os latinos (Adriano Rodrigues, Eliseo Verón e Muniz Sodré) e os nórdicos (Andreas Hepp, Göran Bolin, Nick Couldry e Stig Hjarvard). Nesta proposta, optou-se por levar a discussão para um olhar mais focado para o que a linha de pesquisa, em especial, ao que vem sendo trabalhado pelo orientador deste trabalho, professor Jairo Ferreira.

Diante do que foi exposto até aqui, a escolha epistemológica pela midiatização parte das proposições de Ferreira (2007, 2012, 2013, 2016a, 2016b, 2017a). Desta forma, apresentamos o que vem sendo discutido por Ferreira (2017a) que define a midiatização como um conceito “[...] central para a compreensão dos processos de disrupção, incerteza e indeterminação nos processos sociais”. (FERREIRA, 2017a, p. 107).

Entende-se por disrupção, a partir da proposta de Ferreira (2016b, p. 151), o processo que “se manifesta como incomunicação decorrente de diferenciação e individualização possibilitadas pelos novos meios”. Aqui, refletida na forma como essas ações surgem para cessar determinada ação comunicacional. A incerteza já remete a questão da insegurança, por não saber os efeitos de determinada ação, o que determinado processo comunicacional pode gerar. E por fim, a indeterminação que pode ser entendida como indecisão sobre algo, aqui, entende-se indeterminação acerca de um produto de comunicação.

O conceito de midiatização de Ferreira (2007, p. 01) “[...] está articulado a partir de três polos em relação de mútua determinação”, que segundo o autor formam uma “matriz de midiatização”. Em sua perspectiva, o autor (2007, p. 02) salienta que a midiatização é definida com base nas “[...] relações e intersecções entre dispositivos (DISP), processos sociais (PS) e processos de comunicação (PC)”, como pode ser visualizado no diagrama abaixo.

Figura 1 – Diagrama das relações para o estudo da Midiatização



Fonte: Ferreira (2007, p. 02).

Conforme o diagrama apresentado na Figura 1, o autor explica que,

[...] as relações desenhadas informam que os dispositivos são configurados conforme determinados processos sociais (analisados pela sociologia, antropologia, psicologia social, ciência política, economia, etc.), mas também são por eles configurados; que os dispositivos afetam os processos de comunicação, assim como são delineados por esses; e que os processos de comunicação e a produção social estão em relação, inclusive no que se refere às práticas sociais estruturadas e às distribuições das condições de existência individuais e institucionais. (FERREIRA, 2007, p. 02-03).

Nesta pesquisa, os dispositivos midiáticos (FERREIRA, 2007)<sup>12</sup>, aqui exemplificados pelo Aplicativo Mudamos, o site do Mudamos e a página no Facebook do Mudamos, estão em interlocução com determinados processos sociais – que são entendidos a partir das manifestações expostas nos indícios – e com processos de comunicação.

Porém, destaca-se que a relação entre meios e dispositivos são conceituais. Conforme propõe Ferreira (2017b), a transformação dos meios em dispositivos se configura dos usos, práticas e apropriações sociais. Somente um estudo específico sobre isso pode nos permitir caracterizar do que se trata. Como este estudo não foi feito, tratamos, nessa dissertação, o Mudamos como meio ou aplicativo.

De acordo com Ferreira (2016a, p. 66), existem muitas perspectivas sobre o percurso de constituição do caso em pesquisas que abordam a midiatização que podem ser entendidas da seguinte forma:

(a) das relações identificadas entre usos e apropriações de meios já constituídos como dispositivos; (b) que, em processos de interação, reconhecimento e produção, configuram uma transformação de um campo discursivo, tensionado pela semiose que se instala – signos, linguagens e discursos – de forma disruptiva; (c) e, finalmente, se observa em que medida há transformações das relações sociais sobre objetos sociais em disputa, na forma de *habitus* adaptado, inadaptado ou denegado em um novo contexto discursivo. (FERREIRA, 2016a, p. 66).

A investigação proposta para o desenvolvimento desta dissertação parte da ideia de que existem processos de interação, reconhecimento e produção, que tensionam um determinado campo social – neste caso, o político – com base em um processo de comunicação. Ferreira (2016a, p. 68) acrescenta que “a midiatização é um processo de ruptura com os usos e interações informados pelas conjunturas contextuais”. Assim, compreende-se que a midiatização faz parte das mudanças que estão ocorrendo no modo como a sociedade vem se comportando em determinados espaços digitais e qual tipo de uso vem realizando dos mesmos. Além disso:

Pensar para além dos limites da tecnologia como ideologia, é necessário compreender, na construção do conceito de midiatização, que essa é produzida, induzida(s) e regulada pelo conjunto das relações e intersecções entre processos sociais e processos de comunicação, incidindo sobre as materialidades dos dispositivos midiáticos em seu conjunto (espaço, tempo, agenciamentos signícos, técnica e tecnologia), e não apenas em uma de suas dimensões. (FERREIRA, 2007, p. 11).

---

<sup>12</sup> “O dispositivo midiático atualiza os agenciamentos do visível e do dizível, do antropológico, das técnicas e das tecnologias”. (FERREIRA, 2007, p. 07).

Os estudos de midiatização mostram que cada vez mais a indústria de produção de conteúdo se adapta às lógicas das redes digitais. Conforme explica Ferreira (2013, p. 141), “[...] ambos são massivos, industriais e funcionam em redes. A perspectiva da midiatização é que nos permitiria diferenciá-las como objetos de comunicação”. Desta forma, por conta de nossa pesquisa se tratar de uma investigação em que os empíricos estão presentes no digital, é necessário salientar que “o lugar do digital no campo da comunicação enquanto processo social já atinge uma reestruturação do mercado (econômico, político e cultural) das “mídias” no Brasil”. (FERREIRA, 2013, p. 140). Ao pensar no Aplicativo Mudamos, dentro do contexto em que está inserido, entendemos ele como um dispositivo social, definido por Ferreira (2016a, p. 65), da seguinte forma:

Nem todo o meio digital é acionado como processo midiático. Só está inserido no midiático aquele que se transforma em dispositivo social, ou seja, em que os usos e apropriações tentativas dos meios os fazem poder (simbólico) no espaço público, mesmo que de forma episódica.

Diante disso, inferimos que o Aplicativo Mudamos se insere no processo midiático quando se transforma em um dispositivo social, a partir dos usos sociais dos meios, com um poder simbólico no espaço público. Esse poder simbólico se dá de diversas formas, seja através do próprio uso do aplicativo, em sua divulgação e busca de efetividade na sociedade, ou seja, como uma ferramenta que gera dúvidas no âmbito social.

Desta forma, para pensar no Mudamos dentro do contexto da midiatização, realizando uma investigação que consiga dar conta de aspectos que vão além do uso da técnica e da tecnologia, é necessário compreender a trajetória teórica que conduz nosso estudo.

## 2.2 OS MEIOS E OS DISPOSITIVOS

Nesta pesquisa, como estamos tratando dos dispositivos midiáticos – Aplicativo Mudamos, o site do Mudamos e a página no Facebook do Mudamos –, consideramos importante compreender o papel de um dispositivo no processo de comunicação. É necessário desvincular o conceito de dispositivo de um caráter meramente tecnológico e “[...] situar um campo de reflexão, problemática e proposições em que inserimos nossa compreensão sobre a produção de sentido e

conhecimento em processos midiáticos”. (FERREIRA, 2002, p. 01). O dispositivo não é especificamente a técnica e a tecnologia, mas pode ser o resultado daquilo que é feito com a técnica e tecnologia.

O ponto de partida para sair desses absolutos abstratos é explorar o que emerge das interações entre signo, sistemas tecnológicos e sistemas de inteligibilidade. Essas interações, condensadas, constituem-se nas relações que são processadas no que conceituamos como dispositivos midiáticos. Os dispositivos midiáticos (Ferreira, 2006) não são compostos apenas por essas dimensões limpas; heterogêneos, são constituídos por diversas outras intersecções ativadas nas relações entre semiose, sistemas de inteligibilidade e sistemas tecnológicos. Essas relações e intersecções configuram um espaço heterogêneo. (FERREIRA, 2016b, p. 148).

Ferreira (2013, p. 141-142) entende os dispositivos midiáticos em três instâncias, “[...] como operadores e lugares de inscrição socioantropológicos, semiodiscursivos e tecnotecnológicos”. Já para Braga (2017b, p. 33), os dispositivos “[...] são elaborados através do processo mesmo de interações tentativas – que geram, por aproximação sucessiva, modos e táticas na busca de uma efetividade comunicacional ampliada, desenvolvendo, na prática, objetivos e critérios indicadores de sucesso”. Logo, segundo Braga (2017b, p. 33-34), “um dispositivo interacional é um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativa) que conta com uma articulação mais ou menos definida de processos “de código” e de espaços não codificados solicitadores da inferência dos participantes”. Diante dessas duas perspectivas inferimos que o conceito de dispositivo midiático proposto por Ferreira (2013), os considera tecnológicos e sociais, logo auxilia o pesquisador a compreender o processo de circulação de forma mais específica. E os dispositivos interacionais propostos por Braga (2017b) são mais gerais, já que o autor classifica qualquer movimento comunicacional como dispositivo interacional.

Desta forma, para conduzir a presente pesquisa, adotamos a concepção de Ferreira (2013), por considerar o papel tecnológico, social e semiótico do Aplicativo Mudamos. Essa escolha teórica se justifica, pois, a partir do momento que o Aplicativo Mudamos, o site do Mudamos e a página do Mudamos no Facebook, são capazes de gerar novas condições de produção e recepção, se tornam um dispositivo midiático.

Conforme explica Ferreira (2013, p. 147), “o dispositivo não é meio nem mensagem. É um lugar de inscrição que se transforma em operador de novas condições de produção e recepção, e, ao mesmo tempo, passagem e meio”. De

acordo com o que observamos no Mudamos, é possível considerar ele dentro deste espaço de inscrição.

Ferreira (2013) explicita que no processo socioantropológico os dispositivos midiáticos se constituem nos usos, nas práticas, na apropriação e nas interações sociais midiaticizadas. Já no processo semiodiscursivo, os dispositivos midiáticos estão presentes na circulação de imagens, vozes, textos e demais discursos de diversas origens. Por fim, no que diz respeito ao caráter tecnotecnológico, os dispositivos midiáticos – não são apenas tecnologias – são estáveis. O dispositivo acaba tendo como base a “[...] digitalização, as lógicas subjacentes aos algoritmos, que passam a regular a busca, as interações e o controle”. (FERREIRA, 2013, p. 143).

Após definir as plataformas do Mudamos (aplicativo, site e página no Facebook) como dispositivos midiáticos, é necessário analisar como elas são vistas no processo de circulação, a partir da perspectiva de criação de circuitos. Que nesta dissertação, são definidos como ambiente.

### 2.3 A CIRCULAÇÃO E OS MEIOS

Conforme vem sendo exposto no decorrer deste texto, o grande eixo desta pesquisa está no processo de circulação, que integra parte dos estudos de midiaticização. Nessa concepção de circulação entende-se que diversos atores – sejam eles políticos ou não – buscam um reconhecimento de formas distintas, colocando a imagem da res pública em discussão. Para compreender o conceito de circulação, partimos do que vem sendo proposto por Braga (2006, 2012, 2018) e Ferreira (2013, 2016a, 2016b, 2017a).

Segundo Braga (2012, p. 38), ao definir circulação, afirma que “a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação”. Ou seja, é tudo aquilo que acaba sendo feito a partir do momento que determinado ator/agente se apropria de uma informação/produto, fazendo com que isso passe por uma ressignificação.

A expressão instituição social refere um conjunto de regras socialmente compartilhadas (instituídas), com alguma estabilidade no tempo, que organizam as atividades sociais (comportamentos, valores, circulação de ideias e práticas) conforme lógicas constituídas no processo mesmo de institucionalização. (BRAGA, 2018, p. 294).

Dentro deste contexto, Ferreira (2013, p. 140) argumenta que “a circulação é um objeto onde se sugere pensar esses processos no âmbito das relações intra e intermediáticas, em que as redes digitais estão em interação com a indústria massiva”. Contudo, ressaltamos que realizar pesquisas sobre circulação no contexto comunicacional não é algo simples.

Estudar a circulação é produzir inferências possíveis (questões e proposições) sobre valores (des)construídos socialmente a partir de usos e práticas relacionáveis às interações com os dispositivos midiáticos, adotando como referência preliminar o campo observacional constituído por materialidades difusas e distribuídas. (FERREIRA, 2013, p. 142).

Ferreira (2013, p. 145) propõe que a circulação funciona como um objeto emergente do processo midiático, que vem sendo desenvolvido por meio do uso das redes digitais e, de certa forma, acaba por promover novos contornos na relação entre consumidor e produtor de informação. Isso é possível de ser observado, na medida em que surge a “[...] participação mais ativa do receptor na produção em dispositivos midiáticos”. (FERREIRA, 2013, p. 145).

Braga (2006), ao falar sobre circulação, propõe um sistema de interação social, que acaba sendo definido da seguinte forma:

O sistema de interação social sobre a mídia (seus processos e produtos) é um sistema de circulação diferida e difusa. Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura. Se não circulassem, não estariam ‘na cultura’. (BRAGA, 2006, p. 27).

Além disso, em suas reflexões acerca da circulação, o autor também apresenta uma proposta de sistema de resposta social. Este seria uma espécie de terceiro sistema que integra os processos midiáticos, caracterizado “[...] pelo retorno da sociedade ao sistema produtivo, direcionando em parte, a própria produção”. (BRAGA, 2006, p. 24). Dentro de nosso campo de observação (Aplicativo Mudamos) é possível observar esse sistema de resposta social, nas relações entre os atores envolvidos na iniciativa. Ainda sobre o sistema social de resposta, Braga explica:

No que se refere ao sistema de resposta, o relacionamento é essencialmente processual. Nesse espaço as relações não ocorrem formalmente entre os diversos dispositivos do sistema de resposta (críticos ou não), o que já solicitaria algum tipo de estrutura organizadora. A relação principal, que permite afirmar uma processualidade ‘em sistema aberto’

ocorre entre setores da sociedade, por um lado, e ações e produtos da mídia por outro. (BRAGA, 2006, p. 31)

Esse processo, no qual um determinado produto comunicacional chega até a sociedade é observado nas redes sociais de forma geral. No caso dessa pesquisa, isso pode ser verificado nas ações dos atores envolvidos na utilização do Aplicativo Mudamos, divulgação do mesmo ou através de comentários em publicações na página do Facebook do Mudamos. Nesses circuitos é possível notar o que é proposto por Braga (2012) como ambiente (GOMES, 2013) onde ocorrem essas tensões e se dá o processo de circulação.

Ferreira (2016a, 2017a) também apresenta uma abordagem que se enquadra dentro do que esta investigação propõe. Com base nas redes sociais, pensamos em disputas, reconhecimentos, produções de sentido, entre outros fenômenos decorrentes do processo de circulação. De acordo com Ferreira (2017a, p. 115), a circulação abrange: [...] “os usos (o que demanda acesso, possibilita as práticas e apropriações); as operações produtivas; e o trabalho pelo reconhecimento”.

Ao falar sobre o reconhecimento, Ferreira (2016a, p. 71) expõe que ele “[...] está borrado pela entrada dos atores individuais na cena, que assim passam a se inscrever em circuitos nos quais protagonizam e antagonizam, acionando novos ambientes e processos de circulação”. Especificamente em nossa pesquisa o foco teórico se enquadra dentro do que é proposto por Ferreira (2016a, p. 75), quando este salienta que a prioridade das investigações está na “[...] análise de constituição social de espaços agonísticos, de disputas entre diversos protagonistas e antagonistas, o que vem permitindo a compreensão da circulação em redes digitais de forma específica”. Tais espaços agonísticos do Mudamos foram observados nos indícios e inferências de nosso estudo.

Além disso, a circulação pode ser vista como uma “[...] operação de pegar, manipular, no contexto da luta pelo reconhecimento, no âmbito dos fluxos”. (FERREIRA, 2017a, p. 107). O autor também acrescenta que “[...] a circulação remete aos conflitos e possibilidades do reconhecimento social, acionados por atores e instituições midiáticas e midiaticizadas”. (FERREIRA, 2017a, p. 107).

Ao observar os indícios apresentados na construção do caso, consideramos que “o indivíduo que o acessa, de forma “gratuita e livre”, produz sem remuneração, preenchendo o meio-objeto de conteúdo. Para ele, é uma atividade individual, subjetivamente individual”. (FERREIRA, 2017a, p. 115). Sendo assim, ao realizar a

observação aprofundada, com a produção de inferências e apresentação de indícios é possível compreender que os atores envolvidos criam, mesmo que inconscientemente, conteúdos nos meios – projetos inseridos no Aplicativo Mudamos, na divulgação do mesmo ou nos comentários na página no Facebook do Mudamos.

## 2.4 CIRCUITO-AMBIENTE RECORTADO

Ao realizar as observações sistemáticas em nosso objeto, notamos que o Mudamos se configura como um dispositivo social, a partir do momento em que os usos e apropriações (ainda que tentativos) por parte dos atores fazem dele um meio que exerce poder simbólico no espaço público – neste caso, nas redes sociais.

Quando direcionamos nosso olhar investigativo para além do uso do aplicativo, começamos a perceber detalhes que envolvem a iniciativa como um todo. Nesse processo foi possível perceber que existem diversos circuitos-ambientes, gerados a partir das redes sociais, que remetem a ideia de um fluxo adiante. (BRAGA, 2012). Os comentários, vídeos, participação de usuários e outras formas de manifestação expostas nas redes sociais, acabam por gerar inúmeras reações de diversos atores sociais, se inscrevendo no fluxo adiante. Ao falar sobre como funciona o fluxo adiante Braga (2012, p. 39-40) explica que,

Esse “fluxo adiante” acontece em variadíssimas formas – desde a reposição do próprio produto para outros usuários (modificado ou não); à elaboração de comentários – que podem resultar em textos publicados ou em simples “conversa de bar” sobre um filme recém visto; a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); a uma estimulação de debates, análises, polêmicas – em processo agonístico; a esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; passando ainda por outras e outras possibilidades, incluindo aí, naturalmente a circulação que se manifesta nas redes sociais.

Sem dúvida, o Mudamos está em contexto de vários circuitos que o configuram. Mas, nessa investigação, foco é o meio e usos sociais potenciais. Conforme argumenta Braga (2017, p. 54), “os circuitos não se desenvolvem no vazio. Há uma sociedade pré-mediática solidamente instalada por suas instituições e estruturas historicamente elaboradas”. Em outras palavras, os circuitos são desenvolvidos pela e para a sociedade – que desempenha um papel fundamental no

processo de midiatização – criando estruturas e gerando fluxos com os produtos comunicacionais oferecidos.

Neste entendimento, compreendemos que a sociedade busca a comunicação de forma tentativa (BRAGA, 2012). Para o autor, “os dispositivos e os circuitos sociais se caracterizam por uma necessidade de experimentação que evidencia a comunicação como “tentativa”. (BRAGA, 2012, p. 48-49). Seguindo essa mesma lógica, de acordo com Staldoni (2016, p. 99), os circuitos “[...] podem ser compreendidos como uma relação entre indivíduos e instituições fortalecidos/amparados por dispositivos, que se inscrevem na midiatização transformando o “lugar de fala” dos campos sociais, ficando cada vez mais difícil de determinar o ponto de início (produção)”.

Assim, o “circuito, uma vez constituído, pode ser então compreendido como uma base objetivada para aquilo a ser repassado como circulação “de mãos em mãos”. (BRAGA, 2017, p. 45). Ou seja, os circuitos existem e podem ser vistos como uma forma de compreender o processo de circulação – que para muitos pesquisadores da área é considerado abstrato. Portanto, para compreender a midiatização busca-se observar e estudar a circulação, que, por sua vez “[...] se manifesta concretamente na sociedade, na forma de circuitos – que são culturalmente praticados, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores”. (BRAGA, 2012, p. 41).

Na prática social encontramos, então, sobretudo circuitos. Cada setor ou processo de sociedade participa de circuitos múltiplos. Com a midiatização crescente, os campos sociais, que antes podiam interagir com outros campos segundo processos marcados por suas próprias lógicas e por negociações mais ou menos específicas de fronteiras, são crescentemente atravessados por circuitos diversos. (BRAGA, 2012, p. 44).

Braga (2012) também salienta a importância de se estudar os circuitos, para que se consiga compreender a sociedade em midiatização, ou seja, para compreender o que estamos vivendo:

Estudar circuitos é relevante para compreender a sociedade em midiatização – justamente porque não prevalecem aí, simplesmente, as lógicas deste ou daquele meio, nem mesmo as lógicas preferenciais de determinados tipos de meios. Assim, não é interessante contrapor os meios digitais aos meios de massa como se fossem caracterizadores de diferentes mundos. Cada circuito compõe diferentes articulações entre o massivo e o digital, engastando ainda, aí, o presencial e a escrita. (BRAGA, 2012, p. 47).

Como nesta pesquisa será abordada a proposta de um circuito-ambiente formado pelo Mudamos, buscamos acrescentar outras perspectivas à visão de Braga (2012, 2017a). O conceito de circuito-ambiente que vem sendo apresentado por Ferreira (2016a) nos parece relevante nesse sentido. Para Ferreira (2016a), os ambientes, circuitos e processos de circulação, podem gerar inúmeros sentimentos e acontecimentos, tais como: descrédito político, dúvida, receio, novas formas de participação e etc. Vale destacar que o que se entende por circuito-ambiente, nesta pesquisa, são os circuitos configurados pelos usos sociais dos meios.

Ao falar sobre novos ambientes, circuitos e circulação, Ferreira (2016a, p. 75), salienta que dentro da perspectiva da mediatização, com foco na circulação em redes digitais, estão sendo gerados ambientes nos quais vários interlocutores desempenham o papel de emissores e receptores. Desta forma, ressalta que “a análise desses circuitos-ambientes indica que os modelos lineares de interação e circulação discursiva são precários”. (FERREIRA, 2016a, p. 75).

Ainda para Ferreira (2016a, p. 75):

Esses novos ambientes-circuitos requerem novos diagramas para elucidação dos campos “de luta” decorrente de diferenças que são neles constituídas e os constituem, que emergem da proliferação de defasagens (semióticas, de língua, linguagem, usos de técnicas e tecnologias), entre as quais as relativas aos meios de comunicação sociais – o amor, o ódio, a luta pelo conhecimento, pelo reconhecimento em torno de desejos, necessidades, individuais e grupais etc. Eventualmente são constituídos espaços de negociações, de contratos entre os diferentes. O primeiro contrato ocorre na esfera dos usos aos dispositivos tentativos, até os consolidados, que definem tempos e espaços de interação.

Em nossa abordagem, o meio principal é o Aplicativo Mudamos, já descrito na presente pesquisa. É ele que nos leva para os demais meios, que são a página no Facebook do Mudamos e o site da plataforma. Como esses meios secundários são, de alguma forma, interligados com o aplicativo, apresentamos no Quadro 1 uma sistematização da funcionalidade de cada um deles.

Quadro 1 – Circuito-ambiente recortado para esta pesquisa

<b>MEIO</b>	<b>TIPO DE ATOR</b>	<b>USO</b>
Aplicativo Mudamos	Institucional	O aplicativo é utilizado por pessoas físicas e jurídicas (organizações sociais) para o envio de projetos de lei de iniciativa popular. Nem todas as propostas disponíveis no aplicativo tem a

		divulgação da autoria. As propostas disponíveis no aplicativo só podem ser assinadas por pessoas físicas, que sejam cadastradas com CPF e título de eleitor – os dois documentos validam a assinatura digital. A plataforma também é utilizada como uma forma de promover uma participação individualizada do cidadão, seja como apoiador de determinado projeto ou como proponente.
Site do Mudamos	Institucional	O site é um espaço para divulgação e orientação de como utilizar o aplicativo. Ele funciona como uma ferramenta que fornece informações sobre os projetos de lei disponíveis para serem assinados; explica o “passo a passo” de como enviar um projeto de lei de iniciativa popular; como fazer o <i>download</i> do aplicativo e serve como um guia de mobilização. O site também conta com informações mais detalhadas sobre a proposta do Mudamos.
Página no Facebook do Mudamos	Institucional	O espaço é utilizado pela iniciativa como uma forma de divulgação. Além disso, representa uma busca por afirmação, reconhecimento e fidelização com a sociedade. Se apresenta como uma alternativa para aqueles que estão “cansados” da “velha política”. Observamos que a instituição almeja, através do Facebook, o prestígio da população, dos usuários. A plataforma também é utilizada para divulgação das propostas que estão no Aplicativo Mudamos.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É a partir do Quadro 1 que delimitamos o circuito-ambiente desta pesquisa. Esse recorte se justifica, pois se considerássemos todos os meios que utilizam ou produzem algum tipo de conteúdo sobre o Mudamos, não teríamos tempo hábil de desenvolver e apresentar uma pesquisa adequada. O Mudamos é um meio que consegue alimentar, de forma positiva e negativa, muitos outros. Porém, nesta dissertação o foco está em compreender as formas de participação da sociedade midiaticizada, alicerçado no que vem sendo proposto pela iniciativa. Neste capítulo vamos descrever as formas de participação na iniciativa Mudamos

Com o circuito definido, temos a possibilidade de verificar como ocorre a participação em cada um dos 3 meios. Desta forma, a construção do caso de nossa pesquisa se constituiu observando o processo de circulação, os tensionamentos e as disputas - conceituais ou não - que ocorrem nesses 3 locais. Existe um lado – do aplicativo – que busca ser reconhecido como uma ferramenta útil e de confiança, como uma alternativa democrática e existe outro lado – dos usuários/atores sociais – que colocam em discussão questões como a participação, o individualismo e o ativismo social.

## 2.5 PRELIMINARES SOBRE O MÉTODO

A presente seção busca apresentar o método adotado para conduzir a pesquisa, que está subsidiada nos argumentos abdução, indutivo e dedutivo. Além disso, vamos explicitar e esmiuçar o percurso metodológico seguido para chegar na construção do caso. Em um primeiro momento, trazemos reflexões teóricas que ajudam a compreender o que é cada um destes argumentos. Após, apresentamos o percurso a partir dos métodos adotados e como eles guiam o processo de investigação. Já no Capítulo 4, trazemos as operações inferenciais – metáforas, metáforas, analogias e o diagrama – que são mobilizadas para as inferências sobre o caso desta pesquisa.

Inicialmente, acionamos o Paradigma Indiciário, a partir dos trabalhos de Carlo Ginzburg (1989) e José Luiz Braga (2008). Tal paradigma ajuda a direcionar a busca de indícios, colaborando com a compreensão dos novos fenômenos comunicacionais. Em seu texto “Comunicação, disciplina indiciária”, Braga (2008, p. 75) salienta que o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989) é uma referência positiva para os estudos de caso e sugere que este seja adotado como solução para a “[...] dupla preocupação, de construção do campo comunicacional por desentranhamento de seu objeto, diretamente no âmbito da sociedade, e de busca de espaço no qual se desenvolvam articulações entre realidades específicas e geração teórica”.

Na perspectiva do indiciário, Braga (2008, p. 73) propõe “[...] a busca de indícios para percepção de fenômenos mais complexos; a distinção entre indícios essenciais e acidentais; e a articulação entre indícios para elaboração de inferências”. Isto é, o autor expõe a necessidade do pesquisador ver a complexidade

dos indícios do seu observável, para que seja possível construir o caso da pesquisa através das inferências elaboradas. A busca por indícios não deve ser apenas uma “caça”, mas um movimento que seja capaz de trazer para a pesquisa algo novo, que ainda não foi exposto, estudado, investigado e etc. Ou seja, conforme explica Ginzburg (1989, p. 144), ao ir em busca dos indícios no objeto de pesquisa, “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis”. É o momento de verificar aquilo que está nas entrelinhas, que muitas vezes passa despercebido. Tais aspectos, frequentemente negligenciados pelos pesquisadores, podem evidenciar algo ainda não compreendido no processo de comunicação do objeto analisado. Por isso, cabe ter certo cuidado, mesmo em relação ao que nos parece óbvio:

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos. (BRAGA, 2008, p. 78).

Ginzburg (1989, p. 177), explica que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Ou seja, são nessas “zonas privilegiadas” que está o grande *insight* para construir o caso da pesquisa. É o primeiro passo na coleta de materialidades, o momento do processo de organização das operações inferenciais.

Além do paradigma indiciário de Braga (2008) e Ginzburg (1989), nesta pesquisa também referidos Ferreira (2012), Marre (1991), Nubiola (2001) e Peirce (1878) quanto aos métodos abdução, indutivo e dedutivo, conforme a visão de cada um desses autores. Salientamos ser importante a apresentação das reflexões propostas pelos autores para compreender o processo de pesquisa empírica em comunicação desenvolvido aqui.

As pesquisas empíricas no campo da comunicação são vastas e com diversos métodos que podem ser escolhidos pelo pesquisador de acordo com seus objetivos e linhagem de pesquisa. A presente pesquisa integra a linha de pesquisa de Midiatização e Processos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

Porém, para falar sobre o método, é necessário compreender como isso subsidia o processo de investigação. Em nosso caso, a parte conceitual sobre esses

argumentos será explicada da seguinte forma: faremos uma abordagem sobre o argumento abduativo em um primeiro movimento; após, relataremos o argumento dedutivo e, por último, o indutivo. De antemão, salientamos que não há indução e dedução criativa sem interpormos a abdução. Nessa lógica, a abdução diz respeito as “grandes descobertas” a partir dos empíricos (indução) e dos conceitos (dedução).

Nesta seção, a proposta é explicar o papel de cada um destes argumentos (indutivo, dedutivo e abduativo) no processo de investigação. Conforme pontua Ferreira (2012, p. 162) a diferença entre eles está na forma de inferência. Além disso, também vamos explicitar como cada um dos argumentos é utilizado na construção desta pesquisa. Inicialmente, destaca-se que “na dedução, a inferência está direcionada aos resultados; na indução, a uma nova regra interpretativa; na abdução, ao caso”. (PIERCE, 1878 apud FERREIRA, 2012, p. 162). Ou seja, o desenvolvimento de um argumento abduativo é central na construção do caso da pesquisa. Segundo Ferreira (2012), ao falarmos sobre indução e dedução, considera-se o processo indutivo como um movimento ascendente e o processo dedutivo como descendente, onde são movidos os conceitos operacionais da pesquisa. Já o processo abduativo é visto como o “eixo transversal” do método.

Em 1991, o professor Jacques Marre, em seu texto “A Construção do Objeto Científico na Investigação Empírica”, apresentou uma proposta de construção da pesquisa muito parecido com o que vem sendo oferecido por Ferreira (2012). Porém, o último compreende que indução e dedução só se realizam quando a abdução é o eixo central, mediador e em articulação com os demais. Desta forma, Marre (1991) expõe o processo de pesquisa destacando duas dialéticas, sendo a primeira ascendente e a segunda descendente, assim, ambas “[...] são relativas ao esforço qualitativo que o pesquisador empreende para desvendar o real e expressar, através do trabalho científico, um conhecimento aproximado do mesmo”. (MARRE, 1991, p. 03). O autor explica:

Sugere-se aqui que essa construção procede a partir de uma dupla dialética: a) uma dialética ascendente, que vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas, mas igualmente relevantes; b) uma dialética descendente que, partindo da elaboração teórica efetuada no primeiro processo da dialética ascendente, tenta pelo contrário torná-lo não somente operacional, mas suscetível de uma demonstração ou de uma verificação empírica. É a descrição desses dois processos dialéticos, ascendente e

descendente, que nos permitirá tentar dar conta da melhor maneira possível do modo pelo qual o processo de construção do objeto funciona ou pelo menos se configura, dentro do conhecimento científico, distinto e diferente do conhecimento vulgar ou do senso comum. (MARRE, 1991, p. 13).

No movimento ascendente, ou melhor, na dialética ascendente proposta por Marre (1991, p. 04), “procura-se evidenciar que não há objeto científico construído sem uma ruptura com os objetos sociais produzidos pela opinião pública ou imediatamente pela sociedade ou diversos segmentos da mesma”. De acordo com o autor, a dialética ascendente ou movimento indutivo é o momento no qual o pesquisador rompe com opiniões e conceitos pré-estabelecidos. Esse é um dos movimentos mais importantes do trabalho científico, pois é nele que se torna possível construir um olhar autoral para a investigação que está sendo desenvolvida. É quando notamos e observamos as particularidades do objeto de pesquisa, em nosso caso, o Aplicativo Mudamos e o circuito ambiente formado por outros meios a partir dele.

Ainda segundo Ferreira (2012), a dedução parte das inferências abduativas. Nesse sentido, a dialética descendente não tem como referência apenas conceitos teóricos, mas também inferências não conceituais elaboradas indutivamente, em operações preliminares e configuradas na construção do caso, que por sua vez, é concebido por meio de inferências abduativas derivadas das dedutivas e indutivas preliminares.

Para Marre (1991, p. 27), a dialética descendente parte de conceitos, em operações que consistem “[...] em identificar no tema as dimensões operacionais que são um efeito das causas hipotéticas, as quais devem ser igualmente operacionalizadas”. O autor salienta a importância da dialética descendente vista a partir da perspectiva da dedução:

Seja qual for o modo de operacionalizar um modelo de conceitos teóricos relacionados no processo da dialética ascendente, a transformação desse modelo em conceitos operacionais (na dialética descendente) permite evidenciar que há uma relação entre as dimensões operacionais de um conceito teórico e as de um outro conceito teórico, relacionadas ao nível teórico. (MARRE, 1991, p. 31-32).

De modo mais claro, por dedução, entendemos que é o processo de inferências a partir de abduções. Essas, por sua vez, derivam dos conceitos mobilizados para a compreensão daquilo que é observado, bem como das

inferências criativas elaboradas sobre os observáveis. Se caracterizando por ser o momento em que o pesquisador volta a olhar para o objeto a partir de determinada ótica.

Ao analisar as duas formulações, tanto de Ferreira (2012) como de Marre (1991), percebemos a existência de consensos acerca da forma de pensar e construir uma pesquisa. Porém, acreditamos que na perspectiva de Marre (1991) falte o método abduutivo ou um processo metodológico que seja comparável, próximo a ele. Neste aspecto, Ferreira se aproxima, conforme citado anteriormente, do que é proposto por Peirce (1978), construindo uma articulação entre a dedução, indução e hipótese que, posteriormente, passa a ser compreendida como abdução. Portanto, para Ferreira (2012), uma vez constituídos os campos acadêmicos modernos, a abdução passa a se configurar por meio da articulação de induções (inferências criativas e existenciais) e deduções preliminares (que se referenciam em conceitos – da linhagem de pesquisa, em nosso caso a midiatização, bem como daqueles oferecidos por outras linhagens). Neste sentido, Nubiola (2001) complementa que há a existência do “[...] fenômeno da criatividade científica em que, para Peirce, abdução, dedução e indução são articuladas”. Desse modo, a junção entre os três movimentos propostos por Peirce, também é sugerida por Ferreira (2012), e tem sido o fio condutor de nossa investigação.

A abdução tem um lugar central neste processo, sendo considerada a mediação entre os argumentos indutivos e dedutivos, os quais, sem ela, são “[...] dois movimentos são independentes entre si, resultando em inferências que podem ser criticadas como empiricista ou tautologias, conforme o argumento em jogo”. (FERREIRA, 2012, p. 166).

Ainda neste contexto, conforme explica Nubiola (2001), o método abduutivo é sempre o passo inicial da pesquisa. “É a hipótese que indica quais experimentos devem ser feitos, onde procurar. O cientista, se não tiver uma hipótese anterior, não pode determinar que tipo de experimento ele deve realizar para continuar sua pesquisa”. O autor ainda utiliza uma citação de Peirce para complementar o que caracteriza a abdução neste processo: “[...] abdução é um tipo de inferência que se caracteriza por sua probabilidade: a conclusão é sempre conjectural, só é provável, mas o investigador parece inteiramente plausível”. (PEIRCE, 1903 apud NUBIOLA, 2001).

Sendo assim, a abdução é um processo argumentativo que permite a construção de hipóteses preliminares de investigação. A partir dessas hipóteses preliminares, trata-se, dedutivamente, de ampliar as inferências sobre um campo de observação delimitado metodologicamente. Já indução, é um retorno: a partir das inferências dedutivas, volta-se a discussões epistemológicas.

Nesse sentido, o caso é uma articulação entre argumentos indutivos e dedutivos preliminares. Para a construção do argumento indutivo é necessário descrever, observar e inferir sobre o objeto de pesquisa. No processo indutivo, busca-se metáforas, relações metafóricas e indícios observados em processo – a partir de inferências criativas e de metáforas sugeridas pela literatura sobre o tema escolhido – assim como, metáforas e analogias. Em nosso caso, isso será apresentado no Capítulo 4 desta dissertação, se aproximando, de forma ascendente, a uma teoria fundamentada em “dados”. (LEITE, 2015). Ressaltamos que as reflexões sobre o método serão especificadas e aprofundadas no Capítulo 4, que trata das operações inferenciais.

## 2.6 O INDIVIDUALISMO CONECTADO: A PROPOSIÇÃO DE PARTIDA

Em nosso caso, o Aplicativo Mudamos é visto como um novo espaço e ambiente, que se insere em outros não estudados, e onde são criadas e produzidas novas formas de interação. Entretanto, isso não significa que essas interações sejam mais democráticas como promete o projeto. Vale destacar que esse ambiente vem sendo formado através de novas práticas de comunicação e de participação política. Neste espaço, é possível observar que há uma sociedade individualizada na rede, com práticas que levam a um individualismo conectado. Essa individualização vem abarcada de uma nova participação – diferente de práticas já conhecidas – na qual não existe a figura de um líder, ou seja, ocorre de forma solitária e traz questionamentos para a atual democracia.

No Brasil, essa questão da individualização ganhou força em 2013, com as Jornadas de Junho, já citadas neste texto. Neste “evento” existiram diversas pautas e organizações nas redes sociais, contudo não era possível identificar uma liderança. Notava-se que a participação se dava individualmente, pela espontaneidade, pela vontade de cada cidadão em estar no local e reivindicar determinada demanda.

Esse movimento, mesmo que tenha ocorrido há quase seis anos – um longo tempo, se comparado com a velocidade que as coisas mudam – acaba sendo um reflexo da sociedade midiaticizada, que, de certa forma, reinventa suas práticas e processos comunicacionais constantemente.

Sendo assim, até aqui foram apresentadas as alternativas e a escolha epistemológica sobre o conceito de midiaticização. Então, nesta pesquisa a midiaticização será tratada a partir de conceitos que mobilizam e norteiam os estudos propostos por ela, em especial, o de circulação, com foco na contextualização sobre dispositivos e circuitos.

No próximo capítulo, o objeto desta investigação será visitado nas perspectivas acima, apresentando-se argumentos que validam as inferências sugeridas. No quarto capítulo, desenvolveremos a hipótese central dessa dissertação, relacionando a questão da democracia ao individualismo, considerando especificamente os usos sociais possíveis do Aplicativo Mudamos, conforme o circuito ambiente recortado para a pesquisa. Salientamos que esse recorte não se refere ao entorno que ressignifica o Mudamos, pois ao focalizarmos na especificidade do projeto, queremos acentuar os direcionamentos que ele segue em seu tempo e espaço.

### 3 APLICATIVO MUDAMOS: CAMPO DE OBSERVAÇÃO

#### 3.1 O ACESSO AO APLICATIVO

Antes de entrarmos no aplicativo em si, na sua descrição e produção de inferências precisamos entender como o usuário chega até a iniciativa. Particularmente, no caso desta pesquisa, nosso conhecimento sobre o aplicativo iniciou logo na elaboração do projeto para ingresso no mestrado. Através de uma forte divulgação nas redes sociais, em especial, na página do Mudamos no Facebook e assim tivemos o conhecimento da iniciativa – que ainda estava em processo de construção.

O Aplicativo Mudamos foi lançado em abril de 2017. Na época os idealizados da iniciativa, Márlon Jacinto Reis e Ronaldo Lemos, deram entrevistas em muitos meios de comunicação, com o objetivo de divulgar o aplicativo e falar sobre a sua proposta para a sociedade. Entre os veículos de comunicação, destacamos a Globo News. O canal, no dia 20 de abril de 2017, veiculou que Ronaldo Lemos mostrou “[...] um aplicativo que faz com que a nossa participação cidadã tenha efeito muito mais forte nas decisões”. (G1, 2017).

Aproximadamente um mês após o seu lançamento (no dia 19 de maio de 2017) Márlon Jacinto Reis e Ronaldo Lemos estiveram no programa Conversa com Bial, da Rede Globo. (GLOBO PLAY, 2017). Na ocasião, os idealizadores utilizaram o espaço, em um canal de TV aberta, para falar sobre a proposta do Aplicativo Mudamos. Neste caso, notamos que houve uma espécie de tentativa de publicidade para divulgação do Mudamos. De certa forma, isso contribuiu para que pessoas tivessem conhecimento sobre a iniciativa, pois observamos que mesmo após dois anos do seu lançamento o aplicativo ainda é desconhecido entre uma boa parte da sociedade.

No mesmo ano de lançamento do aplicativo, em outubro de 2017, Márlon Reis concedeu entrevista para a Folha de São Paulo, onde considerou que o Aplicativo Mudamos é uma forma de “democracia on-line”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). O espaço também serviu, de certo modo, para que as pessoas tivessem conhecimento sobre a iniciativa, sendo que a Folha de São Paulo é um veículo que possui versão impressa e online, atingindo pessoas do Brasil e de outras partes do mundo.

Assim como os veículos de comunicação que foram citados, figuras públicas como o procurador da República Deltan Dallagnol, fizeram a divulgação do aplicativo em suas redes sociais. O procurador utilizou sua conta no Twitter para falar sobre o Aplicativo Mudamos. No tweet, Dallagnol escreveu o seguinte: “Conheça o Aplicativo Mudamos+, que coleta assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular, revolucionando a relação entre eleitores e seus representantes”. (DALLAGNOL, 2017). Na época, a conta do procurador estava com grande visibilidade em função da Operação Lava Jato, o que gerou muitas discussões sobre a real função do Aplicativo Mudamos.

Outro espaço que foi utilizado para divulgação da plataforma, foi a revista da companhia aérea Gol, na edição de dezembro de 2017, na qual consta uma breve entrevista com Márlon Jacinto Reis e Ronaldo Lemos. Na matéria, os idealizadores da iniciativa falam novamente do aplicativo como uma proposta inovadora para a sociedade. (REVISTA GOL, 2017, p. 136-137).

Além disso, as páginas no Facebook do Mudamos e do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro – ITS Rio, foram e ainda são utilizadas para fazer a divulgação do aplicativo. Nelas são publicadas informações sobre a plataforma, assim como, postagens que incentivam os usuários a se cadastrarem e enviar propostas.

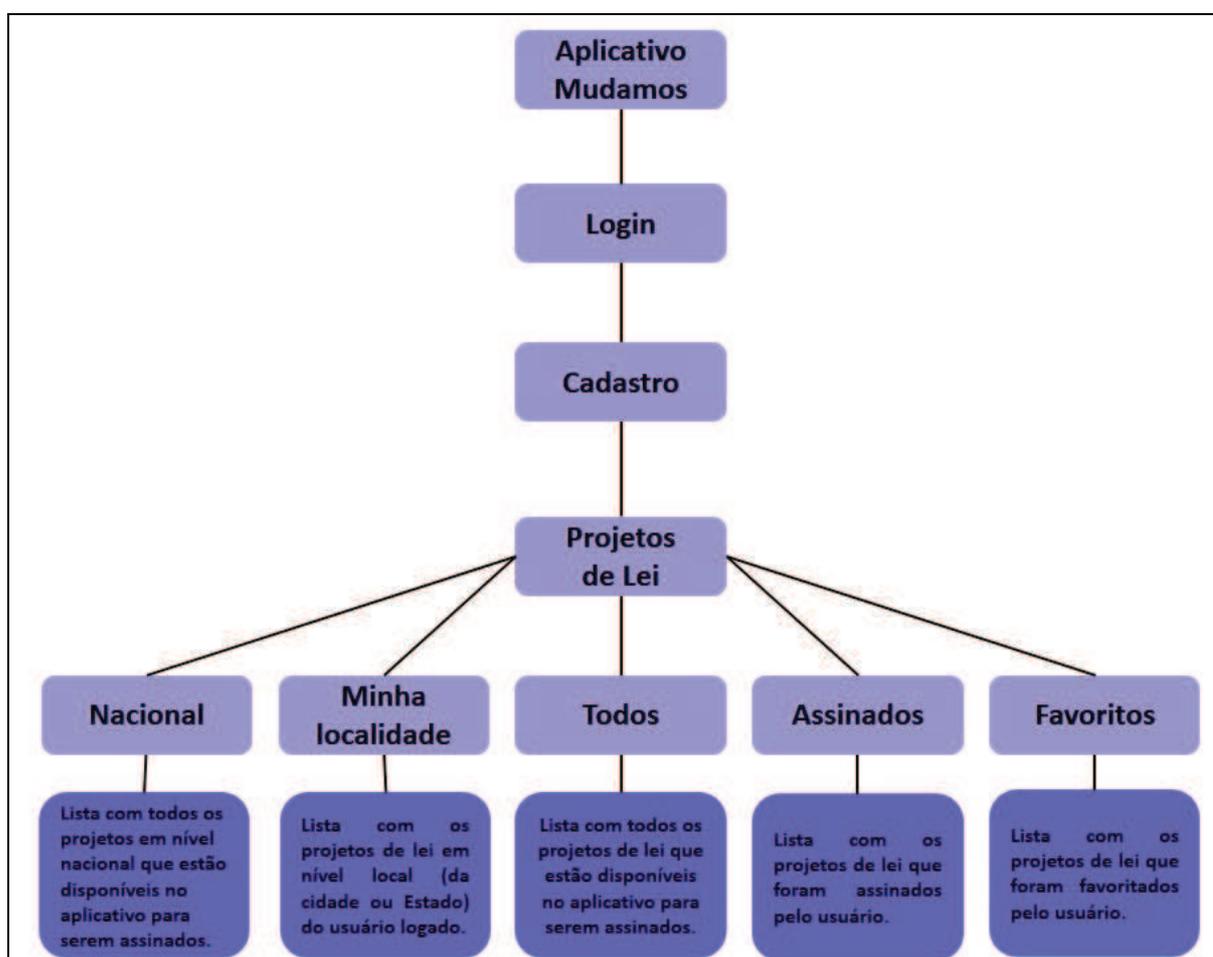
Os canais de informação que foram citados acima são algumas das formas que os usuários têm para conhecer o Aplicativo Mudamos e conseguir acessá-lo. Porém, é importante destacar que para utilizar o aplicativo, seja para enviar ou assinar um projeto de lei de iniciativa popular, o cidadão precisa fazer o *download* do mesmo. Isso é realizado de forma gratuita através das lojas de aplicativo disponíveis nos *smartphones* (Google Play e Apple Store). Após o *download*, ao abrir o aplicativo, o usuário, mesmo sem ter cadastro na plataforma, já pode ter conhecimento de forma mais genérica das iniciativas que estão disponíveis.

Após a apresentação do Mudamos e como é possível chegar até ele, no próximo item iremos abordar a estrutura do aplicativo, assim como, as suas funcionalidades em cada um dos espaços disponíveis.

### 3.2 ESTRUTURA DE CONJUNTO: INFERÊNCIAS E ANÁLISE DOS ESPAÇOS DO APLICATIVO MUDAMOS

Neste item iremos apresentar a estrutura do Aplicativo Mudamos como uma forma de compreender a sua funcionalidade e as várias entradas que podem ser realizadas/escolhidas pelo usuário. Na Figura 2 é possível observar como o aplicativo está estruturado.

Figura 2 – Estrutura de acesso ao Aplicativo Mudamos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir dessa estrutura do aplicativo (Figura 2) é possível analisar de forma sintética suas funcionalidades e o que é oferecido para o usuário. Conforme mostra a Figura 3, após realizar o *download* o usuário pode abrir o aplicativo e acessar de maneira genérica os projetos que estão disponíveis, sem poder realizar qualquer tipo de ação sobre eles. Nesta etapa, ao ser aberto, o aplicativo mostra diretamente os projetos de lei de iniciativa popular que estão disponíveis para serem assinados em

nível nacional – aqueles, que ao atingirem um determinado número de assinaturas, irão para a Câmara dos Deputados.

Figura 3 – Primeira tela do Aplicativo Mudamos

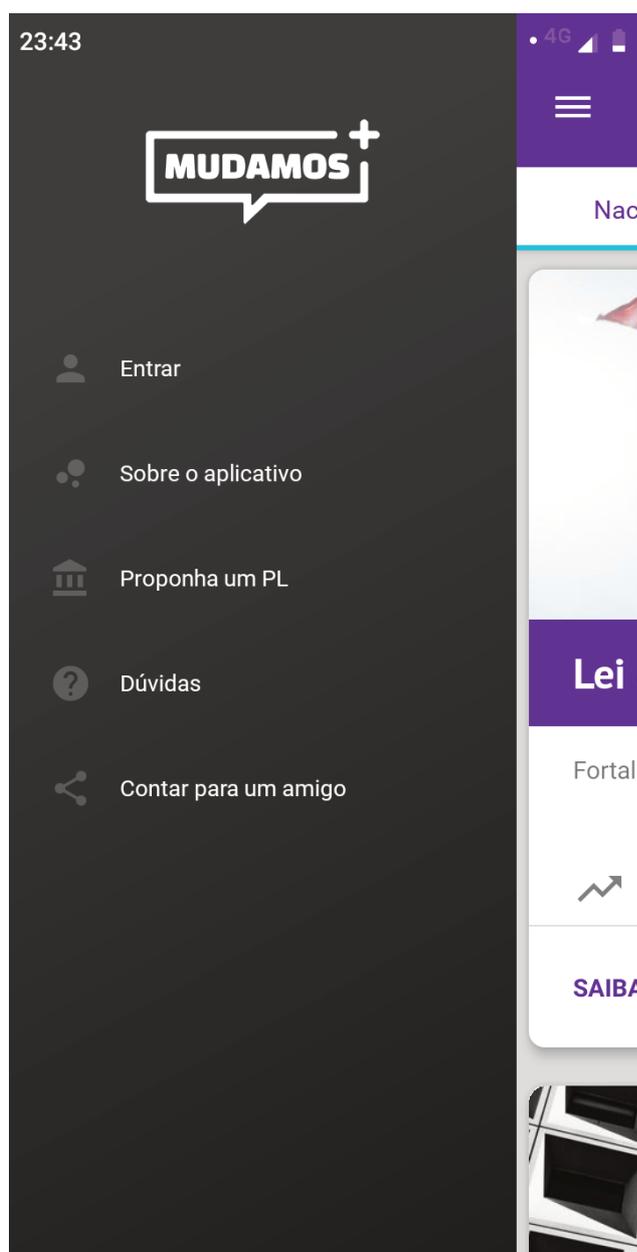


Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Neste item, o nosso objetivo é explicar a estrutura do aplicativo a partir de um usuário que realiza o cadastro na plataforma. E assim, observar as ações que podem ser efetuadas e as limitações do usuário ao utilizar o Aplicativo Mudamos.

Para se conectar no Mudamos é necessário acessar o menu da plataforma, conforme mostra a Figura 4. Neste menu, é possível conectar-se as seguintes opções: “Entrar”; “Sobre o aplicativo”; “Proponha um PL”; “Dúvidas” e “Contar para um amigo”.

Figura 4 – Menu do Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ao acessar o menu, o usuário precisa clicar em “Entrar” e uma nova tela abrirá, conforme mostra a Figura 5. Nesta tela, ao clicar na opção “Entrar”, o usuário pode se conectar ao Aplicativo Mudamos com o e-mail cadastrado na plataforma ou com o Facebook (o aplicativo tem a opção de se interligar com a rede social). Caso o usuário ainda não tenha cadastro no aplicativo, a tela também apresenta a opção para se cadastrar.

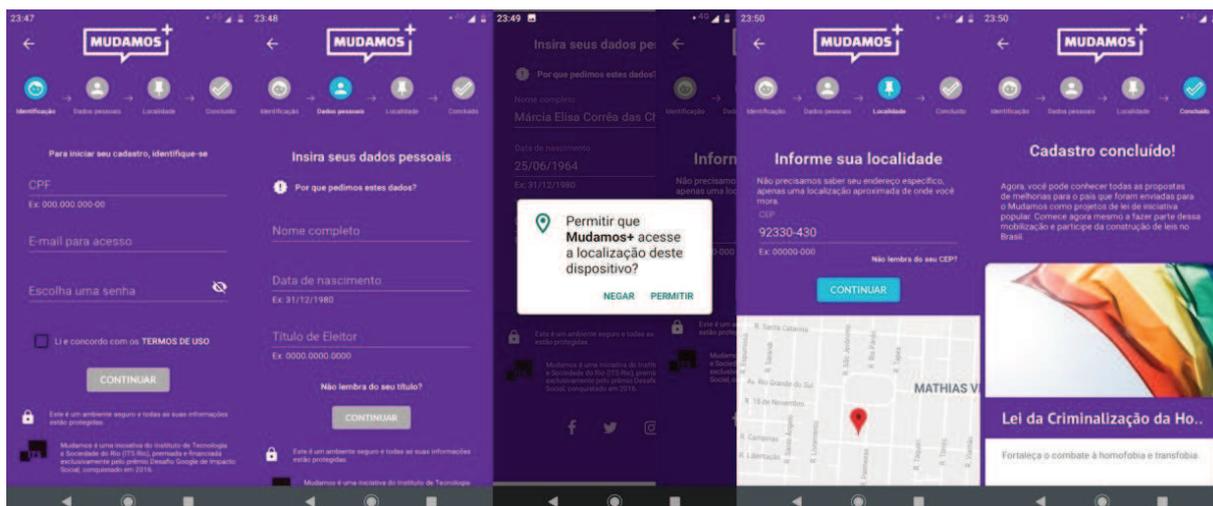
Figura 5 – Opção “Entrar” no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Como citamos anteriormente, iremos mostrar o passo a passo da realização de um cadastro de usuário no aplicativo, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 – Sequência de telas para realização do cadastro no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* das telas (5) do Aplicativo Mudamos (2019).

Na sequência de telas que foram apresentadas na Figura 6, temos a seguinte ordem para o processo de cadastro:

- 1º passo – inserir CPF, e-mail para acesso e escolher uma senha;
- 2º passo – inserir nome completo, data de nascimento e título de eleitor;
- 3º passo – permitir que o aplicativo acesse a localização do dispositivo;
- 4º passo – confirmar o CEP que aparece no aplicativo;
- 5º passo – conclusão do cadastro.

Como pode ser observado, para utilizar o aplicativo o usuário precisa ser cadastrado na plataforma. Esse cadastro é realizado nas etapas citadas acima que contam com a identificação, dados pessoais e localidade do usuário.

Na primeira etapa, a de “Identificação”, é necessário inserir o CPF, um e-mail para acesso, uma senha e concordar com os Termos de Uso do Aplicativo Mudamos.

Após preencher os dados desta primeira fase, o usuário será remetido para a próxima tela, referente aos “Dados Pessoais”. Nesta tela, é necessário inserir o nome completo, data de nascimento e título de eleitor. É importante destacar que o título de eleitor, assim como o CPF do usuário, são os documentos que irão validar a assinatura digital para os projetos de lei de iniciativa popular, assim como, para o envio de propostas.

Ao concluir essa etapa do cadastro, ao clicar em continuar, irá aparecer um aviso que diz o seguinte: “Permitir que Mudamos+ acesse a localização deste dispositivo?”. Ao clicar em permitir, o usuário “deixa” o aplicativo reconhecer sua localização através da sua ativação de localização (GPS) do aparelho de tecnologia móvel. Após esse processo, o usuário é encaminhado para a terceira etapa do procedimento de cadastro no Aplicativo Mudamos: a localidade.

Com a permissão do usuário o aplicativo poder acessar a localização do dispositivo móvel automaticamente ao ser remetido para tela de localidade. Dessa forma, já estará disponível o CEP do local em que o usuário se encontra. Porém, por questões de segurança, o próprio aplicativo avisa: “Não precisamos saber seu endereço específico, apenas uma localização aproximada de onde você mora”. Ao confirmar o CEP que aparece no aplicativo o usuário pode ir para a última etapa do cadastro, na qual é feita a “conclusão” do processo.

Após a conclusão do cadastro, aqueles que desejam utilizar a plataforma podem apoiar os projetos que já estão no aplicativo. Isso é feito através de uma

assinatura digital que é validada por meio do CPF e título de eleitor, conforme explicado anteriormente. Outra opção é enviar uma proposta para a equipe do Mudamos, que irá avaliar o projeto. Nessa avaliação da proposta, a equipe verifica se há constitucionalidade e, caso tenha, o projeto é disponibilizado no aplicativo para que outras pessoas possam conhecê-lo e apoiá-lo.

Após a conclusão do cadastro, automaticamente o usuário já está conectado ao Aplicativo Mudamos. A primeira tela que é aberta mostra todos os projetos de lei de iniciativa popular, em nível nacional, que estão disponíveis para serem assinados, conforme mostra a Figura 7. Os projetos de lei de iniciativa popular possuem um número mínimo de assinaturas para que sejam encaminhados ao seu respectivo legislativo (municipal, estadual, distrital ou nacional).

Figura 7 – Tela com os projetos de lei em nível nacional do Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Para ilustrar, a Figura 8 mostra o exemplo de um projeto de lei de iniciativa popular em nível nacional, a Lei #PraElas. Ao clicar nele, o usuário tem uma gama de informações e algumas possibilidades de “ação”. Como podemos observar, entre as informações está a quantidade de assinaturas necessárias. É importante destacar

que os projetos de nível nacional possuem uma meta maior, em função do número de eleitores que abrangem o país inteiro. A proposta possui uma meta de 1.700.000 assinaturas, até o momento 3.605 pessoas assinaram. Assim, essa proposta ainda não chegou em pelo menos 1% da meta de assinaturas<sup>13</sup>. Outro detalhe importante é possibilidade de “favoritar” uma proposta. Como podemos observar, ao clicar no coração que aparece do lado direito junto ao nome da proposta o usuário “favorita” a mesma – passando acompanhar sua tramitação, mesmo que não tenha assinado ela. O usuário também pode compartilhar o conteúdo em outros espaços (redes sociais).

Figura 8 – Projeto de Lei “Lei #PraElas” no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ao rolar para baixo, o usuário tem informações sobre a proposta, no estilo de uma justificativa para a legitimidade da lei. Caso o usuário queira saber mais sobre o projeto, ele pode ler a proposta na íntegra, baixar o documento completo do projeto de lei em formato PDF, verificar a lista de assinantes e outras informações, conforme mostra a Figura 9.

<sup>13</sup> Informações retiradas do aplicativo até o dia 13 de maio de 2019.

Figura 9 – Tela com mais detalhes sobre o Projeto de Lei “Lei #PraElas”



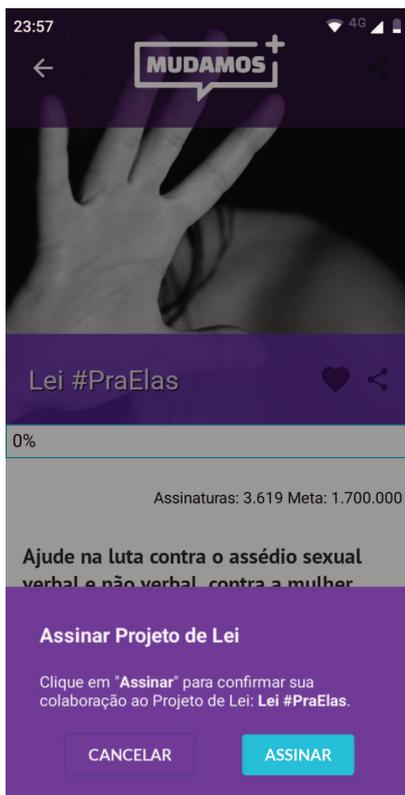
Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Além disso, ao clicar no ícone “Eu quero fazer a diferença”, o usuário tem a possibilidade de assinar o projeto de lei, como uma forma de apoio, conforme mostra a Figura 10. O aplicativo mostra a seguinte mensagem: “Clique em “Assinar” para confirmar sua colaboração ao Projeto de Lei ‘Lei #PraElas’”. A plataforma oferece a possibilidade de o usuário cancelar a ação ou confirmar, assinando.

Nesta pesquisa, o usuário assinou a proposta por considera-la importante dentro do atual contexto social do país, afinal estamos vivendo um momento muito complicado, com o aumento de crimes relacionados a violência contra a mulher. Diariamente nos deparamos com notícias sobre mulheres mortas, agredidas e assediadas.

Na Figura 11, é possível observar que a tela com o Projeto de Lei “Lei #PraElas”, passa a apresentar outras informações após a assinatura. Entre as novidades, está a data em que o usuário assinou o projeto de lei, assim como, o ícone em que consta a mensagem: “Faça a diferença e compartilhe”.

Figura 10 – Tela para assinatura do Projeto de Lei “Lei #PraElas”



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

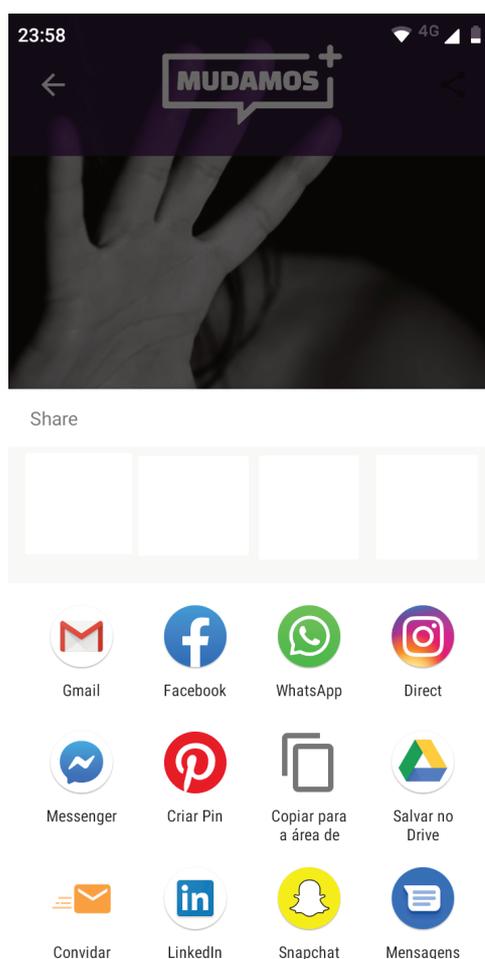
Figura 11 – Tela do Projeto de Lei “Lei #PraElas” após a assinatura do usuário



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Como podemos observar na Figura 12, ao clicar na opção compartilhar, é aberta uma tela muito conhecida para as pessoas que compartilham informações nas redes sociais, tornando o processo intuitivo.

Figura 12 – Tela para compartilhamento do Projeto de Lei “Lei #PraElas”



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ao analisar essa parte do aplicativo, observamos que o usuário faz todo o percurso de forma individual. Podendo ser considerada até solitária, pois não há qualquer tipo de interação com outros usuários e nem um espaço em que possa ocorrer um diálogo entre o usuário e proponente (autor) do projeto. Notamos que neste espaço a participação do usuário é apenas através da assinatura digital. Não existe uma conexão direta com outras pessoas na plataforma, apenas com o dispositivo Mudamos. Desse modo, a interação, conexão e talvez, a participação, ocorrem apenas fora do aplicativo. Isso nos faz refletir criticamente sobre o real

papel da plataforma para a democracia. Esse aspecto será aprofundado a seguir quando tratarmos das bordas da circulação na descrição e análise de outros pontos.

Outra possibilidade é a tela “Minha localidade”. Conforme mostra a Figura 13, neste espaço, o usuário pode ter acesso aos projetos de lei de iniciativa popular que são referentes a sua localidade ou da localidade mais próxima (quando não estiver conectado no aplicativo). Observamos um usuário conectado no aplicativo que está localizado na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul, onde também é seu domicílio eleitoral e notamos que nenhum projeto apareceu neste espaço. É interessante destacar que o aplicativo faz a busca de projetos através da ativação da localização (GPS) do aparelho de tecnologia móvel. Esse método (de acesso via outros aplicativos – Facebook ou conta Google, em sua maioria) é muito utilizado por boa parte dos aplicativos que são considerados de serviço, como: Uber, 99, UberEats, IFood, entre outros.

Figura 13 – Tela com os projetos de lei na “Minha Localidade” do Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Observamos que, por não haver nenhum projeto de lei para a região, o aplicativo deixa a seguinte mensagem: “No momento, não há projetos de lei para essa localidade, mas estamos recebendo propostas”. Por não aparecer nenhum projeto para a região, o aplicativo convida o usuário a participar, de forma individual, com a mensagem: “Envie sua ideia!”. Salientamos, que mais uma vez, a questão da individualidade, do individualismo, acaba sendo muito forte na plataforma. Neste momento, a interatividade e a participação se dá apenas com o envio de uma proposta, pois não há nenhum outro tipo de ação que possa ser desempenhada pelo usuário, evidenciando que existem limitações.

Outra opção de tela disponível no aplicativo é a “Todos”, conforme mostra a Figura 14. Nesta tela, o usuário pode acessar todos os projetos de lei de iniciativa popular que estão disponíveis. Sejam eles de nível municipal, estadual, distrital ou nacional.

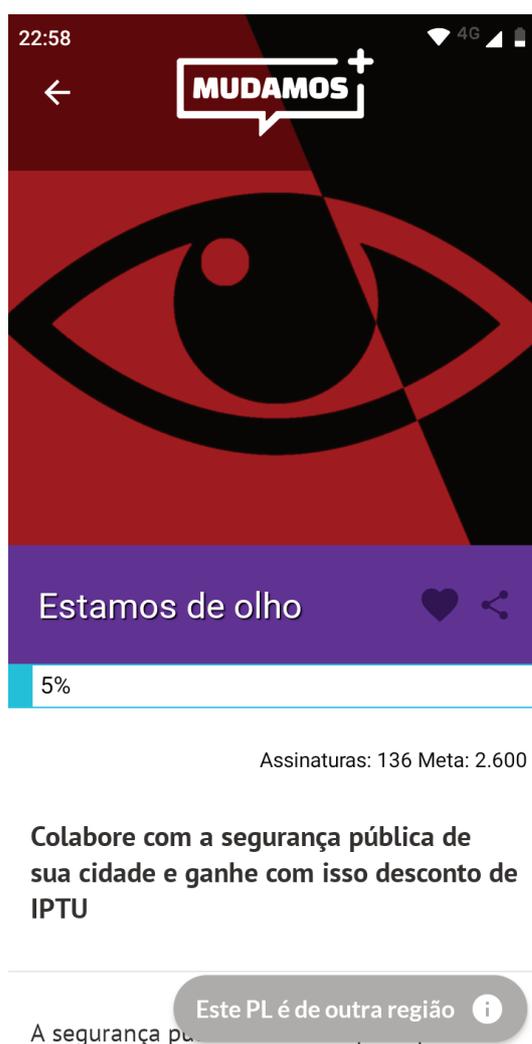
Figura 14 – Tela com “Todos” os projetos de lei do Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Porém, é importante ressaltar que alguns projetos – aqueles que não pertencem ao estado ou município do usuário – apresentam limitações nas ações. Na Figura 15, ao clicar no proposta de projeto de lei “Estamos de olho”, podemos observar que não aparece o ícone “Eu quero fazer a diferença”, como nos projetos de lei em nível nacional. Neste caso, o aplicativo nos mostra um ícone com a mensagem “Este PL é de outra região”.

Figura 15 – Projeto de Lei “Estamos de Olho” no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ao clicar no ícone “Este PL é de outra região” o aplicativo remete o usuário para outra tela, como é possível ver na Figura 16. Nessa tela, o usuário recebe a seguinte mensagem: “Não é possível assinar esse Projeto de Lei. Obrigado por seu apoio, mas você só pode assinar esse projeto de lei sendo eleitor da região para a qual se destina. Você pode ajudar o projeto Estamos de olho divulgando para quem

for de João Pessoa”. Além disso, o aplicativo mostra uma mensagem pedindo para o usuário clicar no ícone e compartilhar com pessoas da localidade.

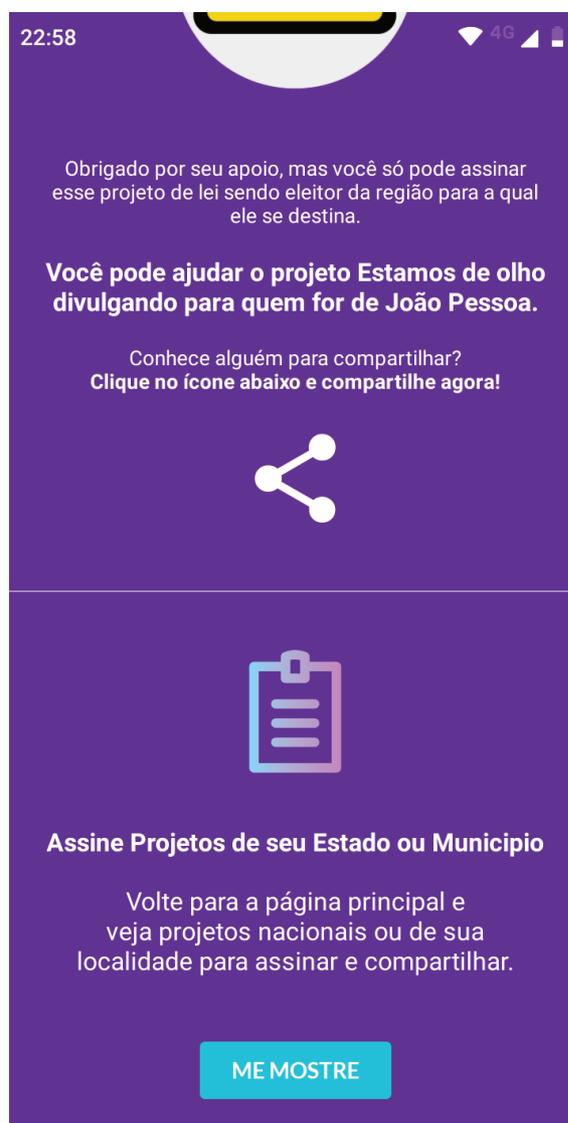
Figura 16 – Tela com informações sobre a não possibilidade de assinar um projeto de lei



Fonte: PrintScreen da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ainda na mesma tela (Figura 16), logo mais abaixo, temos outras informações disponibilizadas pelo aplicativo, como a possibilidade de assinar projetos de lei de iniciativa popular do seu Estado ou Município, pedindo para o usuário voltar para a página (tela) principal e ver projetos de lei nacionais ou da sua localidade para assinar e compartilhar (Figura 17). Além disso, apresenta um ícone com a seguinte mensagem: “ME MOSTRE”, que ao ser selecionada direciona o usuário para a tela “Minha Localidade”, descrita e analisada anteriormente (Figura 13).

Figura 17 – Continuação da tela com informações sobre a não possibilidade de assinar um projeto de lei



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Assim como nas telas anteriores, percebemos as limitações do aplicativo. O usuário segue fazendo um percurso individual, que podemos considerar solitário, onde não ocorre qualquer tipo de interação com outras pessoas, conectando-se apenas com o dispositivo. Isso nos faz analisar suas falhas enquanto processo de participação, assim como, sua efetividade como uma ferramenta democrática dentro que apresentamos neste trabalho. O aplicativo, de certa forma, segue o padrão dos formulários de atendimento online, como se a democracia se constituísse num processo tipo SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor).

Figura 18 – Tela com os projetos de lei “Assinados” no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Na tela seguinte, conforme mostra a Figura 18, é possível verificar os projetos de lei de iniciativa popular que foram assinados pelo usuário. No exemplo utilizado em nossa pesquisa temos o projeto de lei “Lei #PraElas”, que foi assinado pelo usuário e apresentado anteriormente. Essa tela possibilita ao usuário acompanhar de forma mais direta os projetos que foram assinados por ele. É uma forma de acessar os projetos com mais facilidade, sem precisar ir em todos os projetos nacionais ou todos que estão disponíveis na plataforma.

Neste espaço, o usuário pode inserir o projeto nos favoritos – se ainda não fez isso –, compartilhar nas redes sociais, e-mail e entre outros canais de comunicação, bem como acompanhar o andamento das assinaturas. Porém, segue sendo um espaço muito limitado dentro da proposta “vendida” pela plataforma para a sociedade.

Conforme podemos notar na Figura 19, estamos na última tela relacionada aos projetos de lei. Nesta tela, o usuário tem acesso aos projetos que foram “favoritados” por ele, ou seja, aqueles em que ele clicou no coração. O interessante deste espaço é que o usuário pode acompanhar o andamento das iniciativas que assinou, assim como “guardar” aquelas propostas de outras regiões de seu interesse, que podem, inclusive, ser pensadas para a sua localidade.

Esse espaço é muito parecido com o dos “Assinados”, porém, a diferença está na questão da assinatura, pois um projeto “favoritado” não precisa ter sido assinado previamente pelo usuário.

Figura 19 – Tela com os projetos de lei “Favoritos” no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

O espaço, assim como os demais apresentados, conta com muitas limitações. Observamos que o percurso realizado pelo usuário nesta tela, assim como nas demais, segue sendo individual. A presença do usuário no dispositivo é solitária, afinal por mais que tenham outros usuários conectados ao aplicativo, uma pessoa não consegue interagir diretamente com a outra. Continuamos atentando para o fato

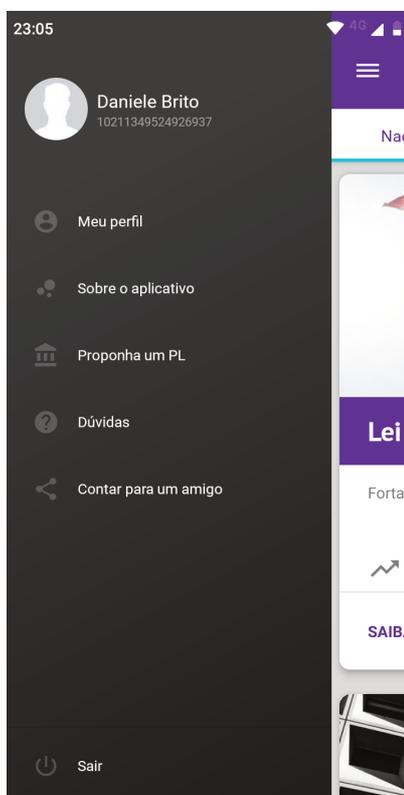
de que existe uma conexão apenas com o dispositivo. Consideramos que isso mostra diversas falhas na proposta de participação propagada pelo Mudamos e que, talvez, a configuração do aplicativo precise ser reconsiderada.

### 3.3 INFERÊNCIAS: NAS BORDAS DO APLICATIVO MUDAMOS

#### 3.3.1 A Plataforma para envio dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular

A partir do menu do Aplicativo Mudamos o usuário também tem a opção de propor um projeto de lei, como pode ser visto na Figura 20. Conforme explicamos anteriormente, os projetos de lei de iniciativa popular podem ser encaminhados por um cidadão comum ou por organizações da sociedade civil. Sendo possível que sejam de nível nacional, estadual ou municipal. Atualmente, a iniciativa conta com 41 projetos<sup>14</sup> para arrecadação de assinaturas, que se atingirem a suas metas, serão encaminhados posteriormente para os respectivos legislativos responsáveis pelo recebimento da proposta.

Figura 20 – Tela com o menu do Aplicativo Mudamos

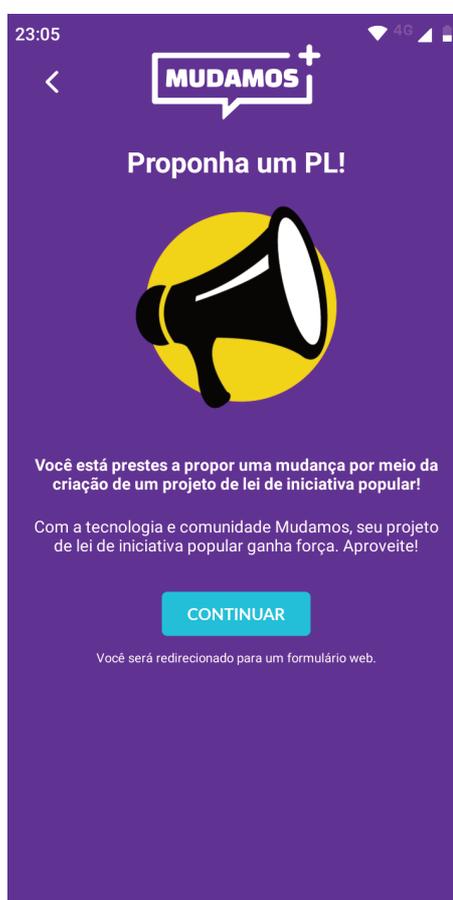


Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

<sup>14</sup> Informações coletadas no aplicativo Mudamos até o dia 13 de maio de 2019.

Ao clicar em “Proponha um PL”, o usuário é remetido para outra tela, conforme podemos observar na Figura 21. Nessa tela, o Mudamos mostra a seguinte mensagem: “Você está prestes a propor uma mudança por meio da criação de um projeto de lei de iniciativa popular! Com a tecnologia e a comunidade Mudamos, seu projeto de lei de iniciativa popular ganha força. Aproveite!”. Em uma breve análise desta mensagem, notamos que o usuário é tratado de forma individual, sem uma linguagem que pense ou proponha algo coletivo. A iniciativa usa a mensagem do “seu projeto” como uma forma de evidenciar o cidadão que age sozinho no envio de uma proposta.

Figura 21 – Tela sobre proposição de projeto de lei no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* da tela do Aplicativo Mudamos (2019).

Ao clicar em “continuar” o usuário é remetido para um site, através de um sistema conjunto do ITS Rio<sup>15</sup> e um formulário web (Typeform)<sup>16</sup>, conforme podemos

<sup>15</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>16</sup> Typeform é um *software* on-line baseado em Barcelona como uma empresa de serviços especializada em construção de formulário on-line e pesquisas on-line. Seu principal *software* cria

observar na Figura 22. Neste espaço, o usuário vai seguindo os passos para o envio de sua proposta de projeto de lei de iniciativa popular.

Figura 22 – Página inicial da plataforma para envio dos projetos para a equipe do Mudamos



Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>17</sup>

Para começar o cadastro e processo de envio de um projeto de lei é necessário clicar em “Vamos lá” (Figura 22). Aqui, observamos que a plataforma trata a questão do envio do projeto de lei de iniciativa popular de forma individual, deixando a seguinte mensagem: “Siga os próximos passos para enviar seu projeto :)”. Fica evidente que, assim como no Aplicativo Mudamos, a questão do individualismo é muito forte, pois observamos que o usuário faz um percurso solitário

---

formulários dinâmicos com base nas necessidades do usuário. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Typeform\\_\(service\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Typeform_(service)). Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iulNZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

tanto no aplicativo (ao assinar e acompanhar projetos de lei) quanto no espaço para envio de proposições.

Após clicar em “Vamos lá!”, o usuário será remetido para o próximo passo, conforme Figura 23, que solicita o nome do projeto de lei, onde faz a pergunta: “Qual o nome do seu projeto de lei?”.

Figura 23 – Espaço para preencher o nome do projeto de lei que usuário está propondo

23:05 4G

<https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>

1-> Qual o nome do seu projeto de lei? \*

O nome do seu projeto deve ser algo simples que resuma bem sua ideia.  
Veja alguns exemplos aqui:  
<https://www.mudamos.org/projetos>

[Responde aqui...](#)

0% concluído Powered by Typeform

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>18</sup>

Neste local também observamos a existência de um conflito entre a premissa democrática do Mudamos no que diz respeito a questão da participação (um dos pilares do conceito de democracia). Aqui, a participação funciona através de assinaturas em projetos de lei de iniciativa popular que estão disponíveis no aplicativo ou pelo envio de uma proposta de autoria do usuário. Porém, nos perguntamos: esse processo pode, de fato, ser considerado de participação? É interessante salientar que, assim como no aplicativo, durante o processo de envio dos projetos de lei de iniciativa popular o usuário faz um percurso de forma

<sup>18</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

individual. Mais uma vez, concluímos que nesse espaço não existe interação entre pessoas e que a conexão ocorre apenas com o dispositivo, via usuário e formulário web.

Dando continuidade ao nosso processo de descrição e análise, após informar o nome do projeto de lei que está propondo, o usuário passa para o próximo passo. Conforme mostra a Figura 24, esse é o momento de inserir o texto da proposta, capítulos, artigos e parágrafos da lei. É relevante atentar para o fato de que a plataforma fornece dois links aos usuários. Tais links contêm materiais que servem como suporte para que o autor da proposição possa organizar o texto dentro das normas previstas. Em um dos links<sup>19</sup> é apresentado um modelo de projeto de lei e no outro link<sup>20</sup> é disponibilizado um espaço para fazer um teste de elaboração da proposta.

Figura 24 – Espaço para inserir o texto do projeto de lei

23:05 4G

<https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>

2-> Insira aqui o texto do projeto de lei. \*

Neste campo, você deve colocar o texto do seu projeto de lei já formatado o mais próximo da norma legislativa que você conseguir, incluindo capítulos, artigos e parágrafos da lei.

Veja um exemplo aqui: <https://petition-pdf.s3-sa-east-1.amazonaws.com/pelo-fim-da-compra-de-apoio-politico-peticao-3-9.pdf>

Você consegue fazer um teste prático de como fazer essa organização usando a ferramenta “editor de articulação” que foi desenvolvida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais: <https://silegis-mg.github.io/editor-articulacao/>

Responde aqui...

0% concluído

Powered by Typeform

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>21</sup>

<sup>19</sup>Disponível em: <https://petition-pdf.s3-sa-east-1.amazonaws.com/pelo-fim-da-compra-de-apoio-politico-peticao-3-9.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://silegis-mg.github.io/editor-articulacao/>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

E novamente a plataforma segue tratando a questão de forma individual, ao informar que o usuário “deve colocar o texto do seu projeto de lei”. Pressupondo que o projeto submetido é de autoria de apenas uma única pessoa, sem saber se houve contribuição de terceiros ou até mesmo, se foi elaborado por uma organização social (o que ocorre em muitos projetos de lei de iniciativa popular). Assim, como nos espaços que já foram descritos, não conseguimos enxergar a proposta pela ótica da participação, mas sim através da individualização.

Após inserir o texto do projeto de lei que está sendo proposto, o usuário precisa informar para qual esfera será destinada a proposta, conforme podemos observar na Figura 25. Neste espaço, o usuário informa se o projeto é nacional, estadual ou municipal.

Figura 25 – Espaço para inserir a esfera a qual se destina o projeto de lei

23:06 4G

<https://itsrio2.typeform.com/to/iulNZI>

3→ À qual esfera o projeto de lei se destina? \*

A Nacional

B Estadual

C Municipal

0% concluído Powered by Typeform

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>22</sup>

Curiosamente esse é um dos poucos espaços que não apresentam uma mensagem voltada para o usuário de forma individual. Porém, também é um espaço

<sup>22</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iulNZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

que acaba não sendo de escrita, é apenas de marcação de uma das alternativas previamente elaboradas e expostas pela iniciativa.

Na próxima etapa, conforme mostra a Figura 26, o proponente do projeto de lei de iniciativa popular precisa enviar um vídeo no qual explique, em até 1 minuto, a sua proposição. A iniciativa solicita que o usuário publique o vídeo em uma plataforma de vídeos (citando o YouTube como exemplo) e insira o link no espaço.

Figura 26 – Espaço para enviar o link de um vídeo onde autor da proposição explica a proposta

23:06 4G

<https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>

4→ Envie um vídeo de até um minuto explicando sua proposta.

Você deve inserir um link de alguma plataforma de vídeos (como YouTube).  
Veja um exemplo aqui:  
<https://www.youtube.com/watch?v=3VxGCB4t2I8>

<https://>

0% concluído Powered by Typeform

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>23</sup>

Da mesma maneira que os outros espaços, aqui também temos a autoria da proposição referenciada de forma individualizada. Diante disso, inferimos que a questão do individualismo é muito forte por parte da iniciativa. Por mais que o Mudamos utilize um discurso voltado para a questão da democracia e da participação, em sua prática, a iniciativa fortalece o individualismo de cada cidadão.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

Após enviar o vídeo explicando a proposta, o usuário precisa informar se conhece algum projeto similar que tenha sido aprovado, independente da esfera, como mostra a Figura 27.

Figura 27 – Espaço para informar se conhece algum projeto similar que já tenha sido aprovado

The image shows a mobile application interface. At the top, the time is 23:06 and the signal strength is 4G. The URL bar shows <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. The main question is: "5→ Conhece algum projeto similar que já tenha sido aprovado (mesmo que em outra esfera)? \*". Below the question are two buttons: "S Sim" and "N Não". At the bottom, there is a progress bar showing "0% concluído", a "Powered by Typeform" logo, and two navigation arrows (up and down).

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>24</sup>

Nesta etapa, verificamos que assim como no espaço para inserir a esfera destinada ao projeto de lei, o usuário apenas clica em uma das opções de resposta que o aplicativo sugere. Assim, também acaba sendo um espaço que não apresenta uma mensagem voltada para o usuário de forma individual. Além disso, não é um local de escrita, pois apenas ocorre a marcação de uma das alternativas previamente estabelecidas pela iniciativa.

Na Figura 28, temos ilustrado o último passo, referente ao ato de enviar o projeto de lei de iniciativa popular. É o espaço para conclusão do processo da proposição.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

Figura 28 – Espaço para conclusão do envio da proposta



The image shows a mobile web interface for submitting a proposal. At the top, the time is 23:06 and the network is 4G. The URL bar shows <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Below the URL bar, there are two input fields: one with 'S' and 'Sim' (Yes) and another with 'N' and 'Não' (No). A large teal button labeled 'Enviar' (Send) is positioned below these fields. At the bottom of the form, there is a progress indicator showing '0% concluído' (0% completed), a 'Powered by Typeform' logo, and two small teal buttons with upward and downward arrows.

Fonte: ITS Rio – Sistema Typeform (2019).<sup>25</sup>

Nesta etapa de conclusão do envio do projeto de lei de iniciativa popular, assim como nas demais etapas, temos um espaço sem qualquer tipo de interação entre pessoas. Diante do que foi descrito, é possível observar que todo o processo de submissão de uma proposta é fortemente caracterizado pelo individualismo de cada cidadão. Vale ressaltar que a presente pesquisa vem acompanhando a plataforma do Aplicativo Mudamos desde seu lançamento (abril de 2017) e, até o presente momento, nenhum projeto de lei de iniciativa popular atingiu o número de assinaturas necessário para ser encaminhado ao respectivo legislativo<sup>26</sup>.

### 3.3.2 O site Mudamos.org

Outro espaço que integra os meios que compõem o Mudamos é o site da iniciativa. A plataforma funciona com o objetivo de divulgar o aplicativo para a sociedade.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://itsrio2.typeform.com/to/iuINZI>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>26</sup> Informações retiradas do aplicativo até o dia 13 de maio de 2019.

Figura 29 – Página inicial do site Mudamos.org

Assine um projeto Guia de mobilização Quem somos Envie seu projeto

**MUDAMOS**  
Assine projetos de lei de iniciativa popular de um jeito simples, gratuito e seguro

Mudamos é um aplicativo que coleta assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular, revolucionando a relação entre eleitores e seus representantes.

FAÇA O DOWNLOAD DO APP

**Assine um projeto de lei**

O aplicativo apresenta diversos projeto de lei de iniciativa popular para assinatura nos níveis municipal, estadual e nacional.

ASSINE UM PROJETO

**Proponha seu projeto**

Seu próprio projeto de lei de iniciativa popular também pode estar aqui. Envie-nos sua ideia.

ENVIE SEU PROJETO

**Mudamos evolui a coleta de assinaturas em projetos de iniciativa popular.**

Até hoje no Brasil, nenhum projeto de lei de iniciativa popular foi efetivamente tramitado como tal, devido à dificuldade da verificação das assinaturas em papel. Para ser votado na casa legislativa correspondente, o projeto ainda depende de um parlamentar que o adote, esvaziando o espírito original desse mecanismo de democracia direta previsto na Constituição de 1988.

Saiba mais em nosso relatório

**2 ton**

2 toneladas. É a quantidade de papel necessária para contemplar as mais de 1,7 milhão de assinaturas necessárias para aprovar um projeto de lei popular no Congresso Nacional. Imagine conferido isso de forma manual?

Fonte: Mudamos.org (2019)<sup>27</sup>.

Conforme podemos observar na Figura 29, o site apresenta informações sintéticas sobre o aplicativo e convida o usuário a: fazer o seu *download*, assinar um projeto de lei e propor o “seu projeto”. A iniciativa se apresenta como uma evolução

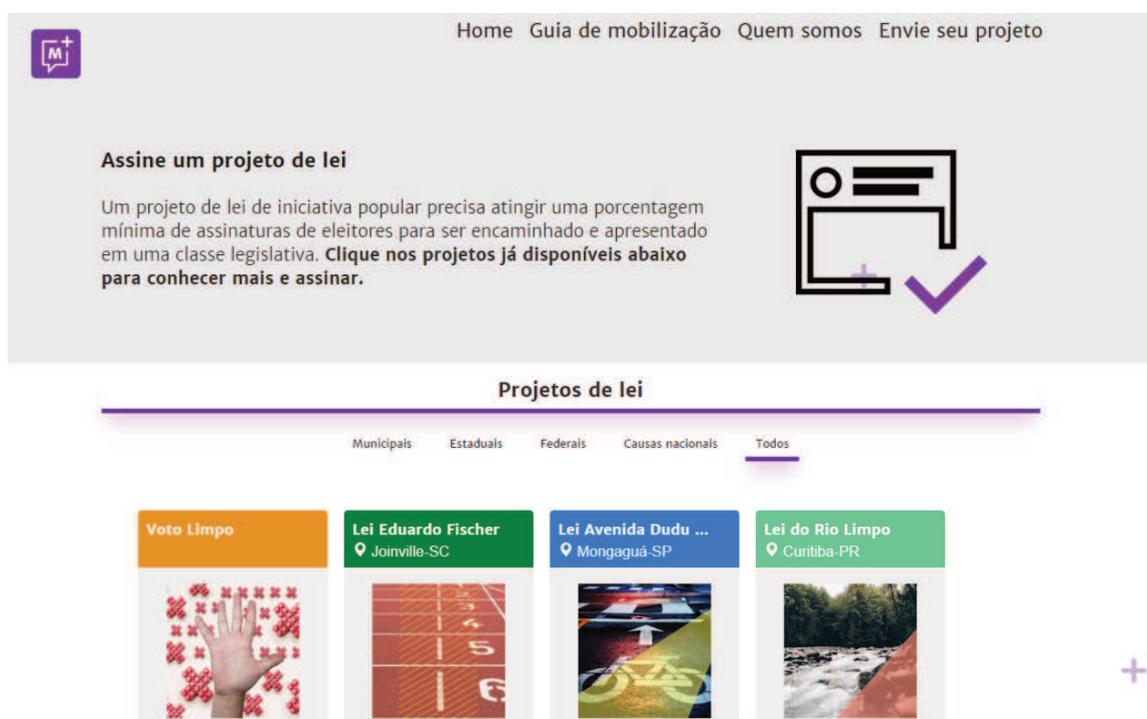
<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/>. Acesso em: 26 maio 2019.

no processo de coleta de assinaturas nos projetos de lei de iniciativa popular. Porém, percebemos que o site, da mesma maneira que o aplicativo, adota um discurso e uma descrição que trata o usuário de forma individualizada, sem pensar em um coletivo.

Os indícios que são apresentados neste processo são referentes ao cidadão – o usuário. Assim como nos demais locais que foram descritos, nós verificamos que a participação do usuário acontece de forma individualizada, o que nos mais uma vez remete a ideia do individualismo. Esses indícios podem ser percebidos na própria descrição da página inicial do site do Mudamos, conforme mostramos na Figura 29, na qual aparece a seguinte descrição: “seu próprio projeto de lei de iniciativa popular também pode estar aqui. Envie-nos sua ideia”. (MUDAMOS, 2019).

No site, é possível observar que na parte superior existe um menu que direciona para outras áreas. Na primeira opção temos o “Assine um projeto”, que é uma aba do site com informações sobre os projetos disponíveis no aplicativo, como pode ser visto na Figura 30.

Figura 30 – Menu “Assine um projeto” no site do Mudamos



Fonte: Mudamos.org (2019)<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/projetos>. Acesso em: 27 maio 2019.

Aqui, o usuário pode conhecer projetos e a própria plataforma antes de realizar o *download* do aplicativo. Possui um caráter bastante didático, com o objetivo de ser um espaço de informação, no qual os projetos estão divididos de acordo com sua esfera legislativa.

No menu “Guia de mobilização” (Figura 31), o usuário encontra um vídeo que está disponível no YouTube<sup>29</sup>, no qual a pesquisadora do Mudamos, Debora Albu, explica ao usuário sobre a mobilização para assinaturas nos projetos de lei de iniciativa popular.

Figura 31 – Parte inicial do menu “Guia de mobilização” no site do Mudamos



Fonte: Mudamos.org (2019)<sup>30</sup>.

Neste mesmo espaço, o usuário encontra informações e materiais complementares que visam contribuir na divulgação do Aplicativo Mudamos, assim como, das propostas disponíveis na plataforma. Entre os materiais disponíveis no site, o usuário encontra: o guia de mobilização; panfletos e banners que podem ser adaptáveis; *templates* para as mídias sociais; modelos de adesivos e *bottons* do Mudamos; apresentação sobre “O que é o Mudamos” e logos do Mudamos.

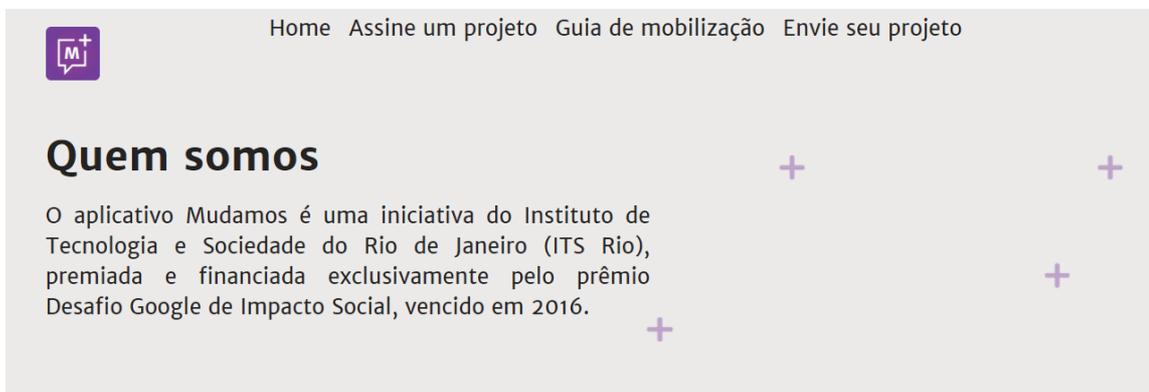
No menu “Quem somos”, o usuário acessa uma breve descrição sobre o que é o Aplicativo Mudamos, como podemos ver na Figura 32. E, além da descrição do Aplicativo Mudamos, o cidadão encontra informações sobre o problema que originou

<sup>29</sup> Disponível em: <https://youtu.be/rJj9wBKbLs8>. Acesso em: 27 maio 2019.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/mobilizacao>. Acesso em: 27 maio 2019.

a iniciativa, a solução que encontraram, o histórico do Mudamos e um espaço para falar com a equipe do aplicativo.

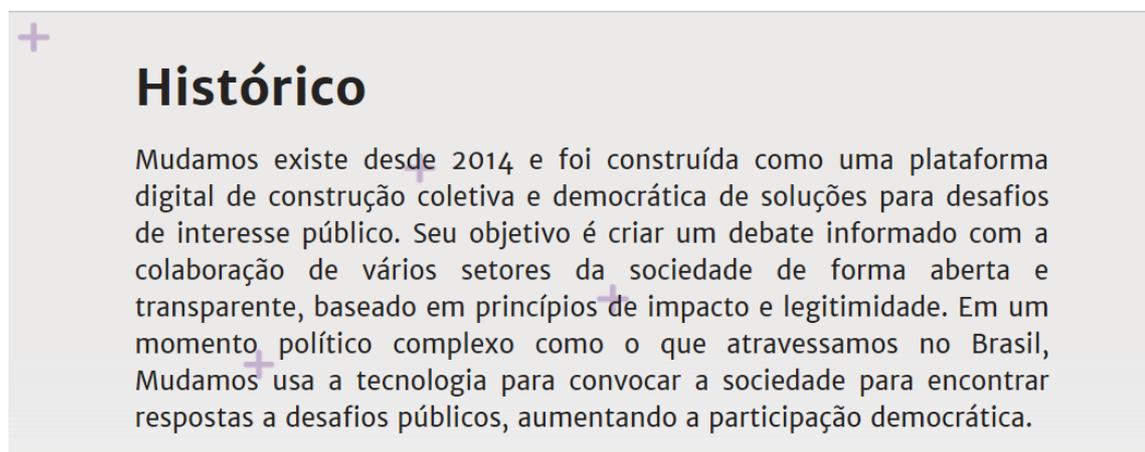
Figura 32 – Parte inicial do menu “Quem somos” no site do Mudamos



Fonte: Mudamos.org (2019)<sup>31</sup>.

Neste local, a iniciativa apresenta a ideia de ser uma ferramenta que visa aumentar a participação democrática, conforme Figura 33. Porém, lembramos que ao decorrer das análises do aplicativo e da plataforma para envio dos projetos de lei, inferimos que tal participação é ainda muito limitada.

Figura 33 – Histórico da iniciativa no menu “Quem somos” no site do Mudamos



Fonte: Mudamos.org (2019)<sup>32</sup>.

No menu “Envie seu projeto”, o usuário é remetido para a plataforma do ITS Rio com a Typeform, que já foi descrita e analisada no item 3.4.1 deste capítulo, quando falamos sobre a plataforma para envio dos projetos de lei de iniciativa popular.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/quem-somos>. Acesso em: 27 maio 2019.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.mudamos.org/quem-somos>. Acesso em: 27 maio 2019.

### 3.3.3 Mudamos no Facebook

A página no Facebook do Aplicativo Mudamos<sup>33</sup>, conforme mostra a Figura 34, também é um dos objetos analisados por esta pesquisa. A página é utilizada pela iniciativa como uma forma de divulgação do aplicativo, assim como, dos projetos disponibilizados na plataforma. Além disso, também percebemos que no Facebook, a iniciativa busca afirmação, reconhecimento e fidelização em relação a sociedade. Se apresentando como uma alternativa para aqueles que estão “cansados” da “velha política”.

A página conta com 22.972 curtidas e serve como um espaço de divulgação sobre tudo que envolve o aplicativo, usuários e seus apoiadores. Na descrição a equipe do Mudamos afirma que este é: “um espaço para construção colaborativa de soluções para desafios públicos. Projeto do ITS Rio vencedor do Desafio de Impacto Social Google 2016”. (MUDAMOS, 2019).

Figura 34 – Página do Mudamos no Facebook



Fonte: Página do Mudamos no Facebook, 2019.<sup>34</sup>

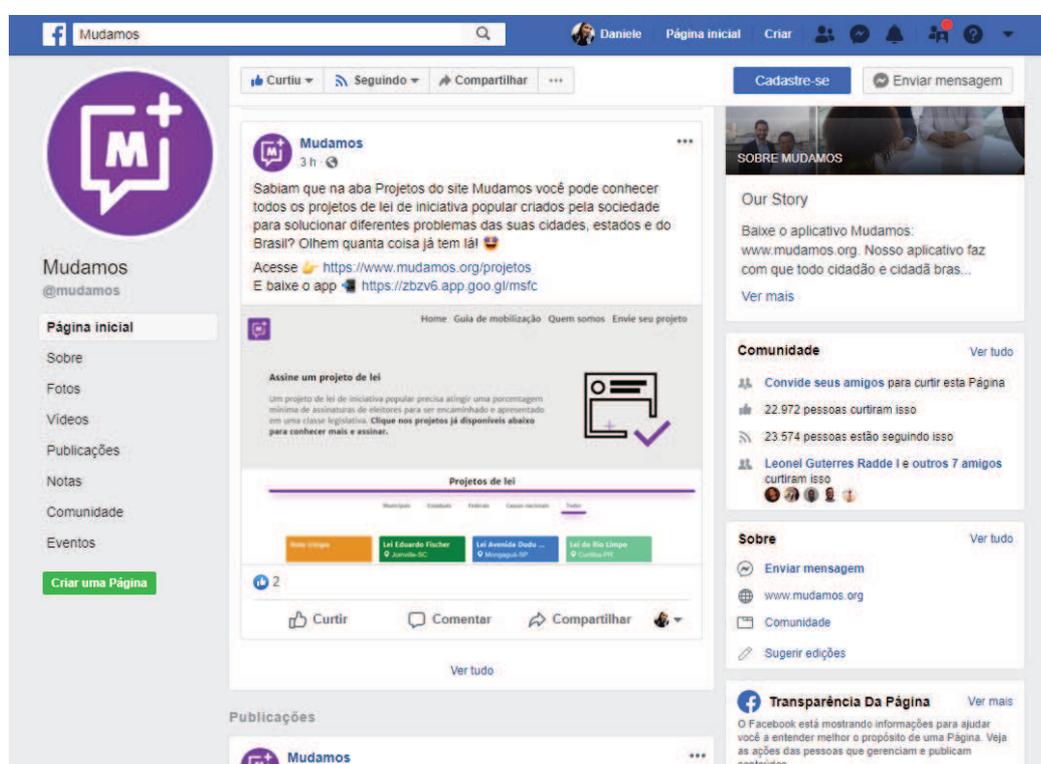
<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mudamos/>. Acesso em: 27 maio. 2019.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mudamos/>. Acesso em: 27 maio. 2019.

Entre as publicações da página, destacam-se: as que funcionam como um modo de divulgação dos projetos de lei de iniciativa popular; as que buscam formas de engajamento para maior visibilidade e número de assinaturas nas propostas que constam no aplicativo; as que divulgam conteúdos relacionados a questões democráticas e as de atividades realizadas pela iniciativa no Brasil.

Na Figura 35, trazemos um exemplo ilustrativo das postagens realizadas pela iniciativa no Facebook. Neste caso, a plataforma utiliza do espaço para divulgar o site e o aplicativo, através do compartilhamento do link de ambos na publicação.

Figura 35 – Post na página do Mudamos no Facebook



Fonte: Página do Mudamos no Facebook, 2019.<sup>35</sup>

Ainda na página do Mudamos no Facebook, observamos que a iniciativa opta por utilizar uma linguagem direta e direcionada para uma única pessoa, o que nos remete novamente a ideia de um individualismo. Contudo, apresenta maior nível de interação entre pessoas por conta das características particulares do Facebook, que é um espaço naturalmente mais interativo. Afinal, existem opções de reações (curtir, amei e etc), além da possibilidade de comentários e compartilhamentos. E é

<sup>35</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/mudamos/photos/a.850665578314161/2212482175465821/?type=3&theater>. Acesso em: 28 maio 2019.

justamente no espaço para comentários onde ocorre a conexão entre usuários, promovendo interação.

De todos os canais da iniciativa, a página no Facebook é o único que possibilita esse diálogo entre as partes. Todavia, o local é trabalhado apenas como um espaço para divulgação e não tem as mesmas funcionalidades do aplicativo, da plataforma para inserção de projetos e do site.

### 3.3.4 O Projeto de Lei Eduardo Fischer no aplicativo e nas bordas

A questão do individualismo é tão presente na plataforma, que acaba incentivando os usuários a evidenciarem seus nomes, se colocando como “protagonistas” do processo. Para ilustrar esse comportamento escolhemos como exemplo o projeto de lei de iniciativa popular, que está disponível no aplicativo, denominado como “Eduardo Fischer”. Nesse caso, o autor optou por batizar a proposta com seu próprio nome<sup>36</sup>, conforme mostra a Figura 36.

Figura 36 – Projeto de Lei Eduardo Fischer no Aplicativo Mudamos



Fonte: *PrintScreen* do Aplicativo Mudamos (2019).

<sup>36</sup> Eduardo Aquiles Fischer é um nadador olímpico, advogado e empresário, natural de Joinville, em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.eduardofischer.com.br/quem-e-eduardo-fischer/>. Acesso em: 21 maio 2018.

O interessante é que o projeto não diz respeito a uma homenagem ou algo do tipo, mas sim, a proposta visa um incentivo ao esporte na cidade de Joinville, em Santa Catarina. A ideia é transformar impostos em incentivos ao esporte, conforme podemos observar na Figura 37. Por se tratar de um projeto de lei em nível municipal, a proposição precisa alcançar 7.728 assinaturas para poder ser encaminhada para a Câmara Municipal de Joinville.

Figura 37 – Projeto de Lei Eduardo Fischer no Aplicativo Mudamos

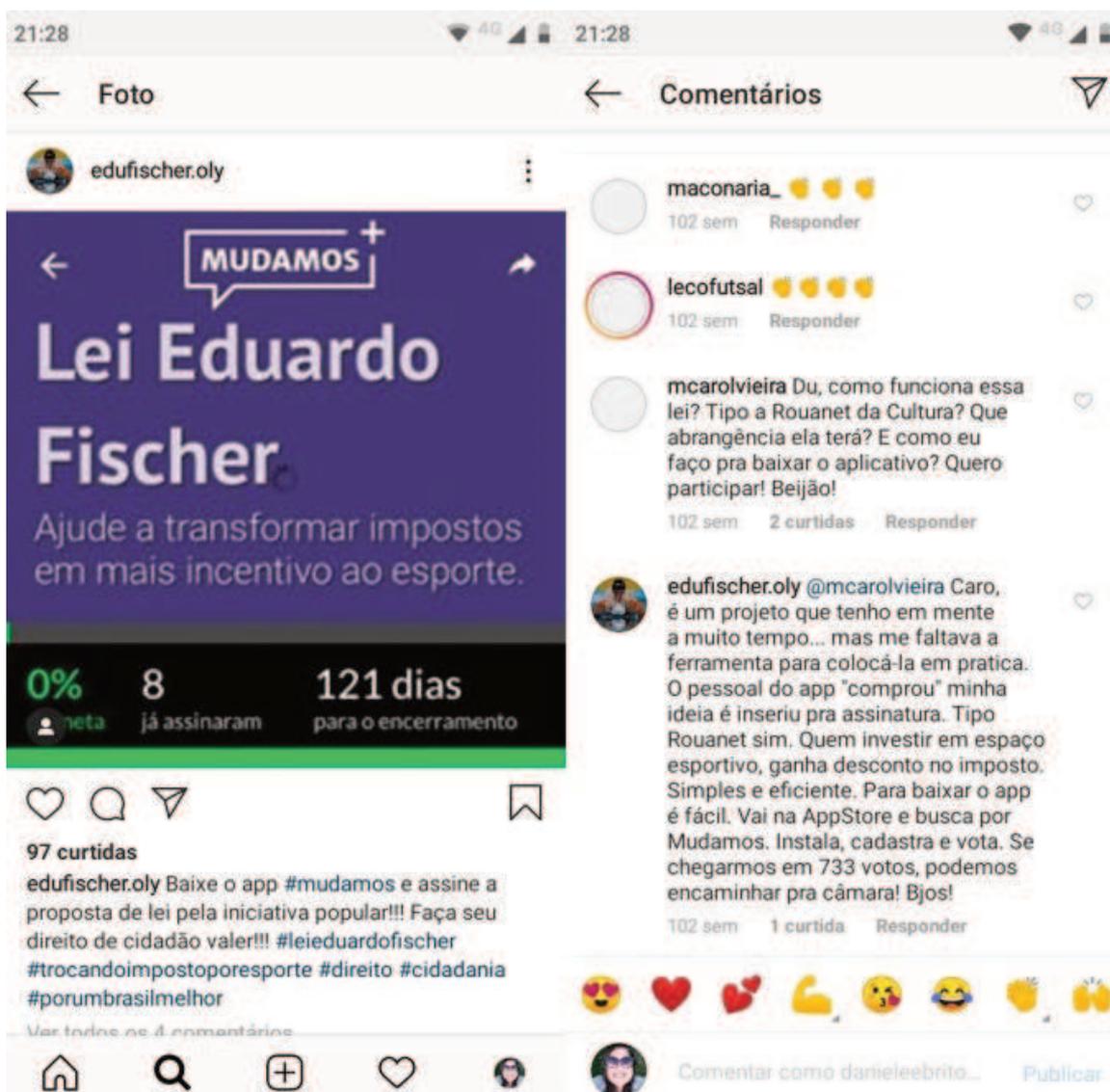


Fonte: *PrintScreen* do Aplicativo Mudamos (2019).

Outro ponto importante é que o proponente do projeto de lei utilizou seu perfil pessoal na rede social Instagram para divulgar a proposição. Conforme podemos observar na Figura 38, Eduardo Fischer fez uma publicação em 10 de junho de 2017, na qual convida seus seguidores a fazer o *download* do Aplicativo Mudamos e a assinarem sua proposição. Constatamos que uma das seguidoras faz algumas perguntas, tais como: se o projeto lembra a Lei de Incentivo à Cultura (a Lei Rouanet), a sua abrangência e como faz para “baixar” o aplicativo. Eduardo Fischer responde a seguidora, salientando que a ideia do projeto é antiga e que ele não tinha uma ferramenta para publicizar sua proposta. O autor também explica como

funcionam os trâmites da proposição e como a seguidora pode realizar o *download* do Mudamos.

Figura 38 – Divulgação do Projeto de Lei Eduardo Fischer no Instagram  
@edufischer.oly



Fonte: Instagram @edufischer.oly (2017).

O que consideramos mais instigante no caso da 'Lei Eduardo Fischer' é que o usuário aciona uma característica de individualismo ao colocar seu nome na proposta. Como se repetisse ou desse continuidade ao processo de individualismo que se inicia no próprio Mudamos, ao se cadastrar e inserir sua proposição na plataforma, como descrevemos anteriormente. Contudo, percebemos o apelo a interação em outros espaços. Dessa forma, ao utilizar seu perfil no Instagram para divulgar a proposição, Fischer também promove uma forma de interação e conexão

com outros usuários. Entendemos que essas “movimentações” feitas fora do aplicativo, nos demais espaços, ocorrem nas bordas da circulação. (FAUSTO NETO, 2010).

Isto posto, analisamos que os espaços que foram descritos até aqui, que integram o Mudamos, mostram uma trajetória do cidadão de forma individualizada, que confronta questões relacionadas a democracia, conexão, interação e participação. Sendo assim, inferimos que os processos de “participação” propostos pela plataforma são os seguintes: assinaturas em projetos de lei de iniciativa popular, submissão de projeto de lei online e compartilhamento dos projetos nas redes sociais.

Após a explicitação desses processos, é necessário compreender quais foram as operações inferenciais articuladas nesta pesquisa. Portanto, no próximo capítulo iremos apresentar as operações inferenciais desta investigação que contribuem para uma reflexão a partir do que vem sendo proposto neste trabalho, com a hipótese de partida e de chegada, que visa analisar o processo de participação que remete a ideia de um individualismo conectado.

#### 4 OPERAÇÕES INFERENCIAIS

Inicialmente no processo de reelaboração da pesquisa, durante a escrita do texto para a qualificação, definimos o campo de observação. Nesta etapa, a partir de alguns indícios, analisamos diversas zonas que geraram inquietações sobre o objeto. Como o objetivo da pesquisa não era investigar somente o uso e a funcionalidade do meio (Aplicativo Mudamos), mas também o processo de circulação (na concepção dos estudos de midiatização) resolvemos observar e analisar o que é/era falado sobre o objeto nas redes sociais do aplicativo. Sendo assim, no Quadro 2 apresentamos os indícios e inferências que conduziram a presente pesquisa.

Quadro 2 – Inferências preliminares sobre o caso

<b>Meio</b>	<b>Indício</b>	<b>Inferência</b>
Site Mudamos.org	Proponha seu projeto	Individualismo Conectado
Aplicativo Mudamos	Lei Eduardo Fischer	Individualismo Conectado
Página no Facebook do Mudamos	Divulgação da iniciativa com linguagem com foco individual. Ex.: “Seu projeto”, “Você pode transformar sua cidade”.	Individualismo Conectado

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme trazemos no Quadro 2, a busca por indícios foi realizada a partir de três meios – o Aplicativo Mudamos, o site Mudamos.org e a página no Facebook do Mudamos. Neste processo, nos deparamos com algo em comum nos três ambientes, indícios que nos permitiram inferir uma característica voltada para um “individualismo conectado”. Essa inferência surgiu, em um primeiro momento, ao observar o site da iniciativa (Mudamos.org). Lá, encontramos a seguinte mensagem na descrição da ferramenta: “Proponha seu projeto. Seu próprio projeto de lei de iniciativa popular também pode estar aqui. Envie-nos sua ideia”. (MUDAMOS, 2019). Esse texto remete diretamente a uma ideia de algo individual, voltado para o cidadão como um indivíduo único, que pode propor algo que seja somente de seu próprio interesse, não focando/considerando o coletivo.

Esses indícios de individualismo conectado também podem ser observados no próprio aplicativo. Como no caso do projeto de Lei Eduardo Fischer, no qual um cidadão decidiu criar um projeto de lei de iniciativa popular, inseri-lo na plataforma e batiza-lo com seu nome. Ou seja, o próprio usuário, “participante” da iniciativa, se identificou tanto com a ideia de propor seu próprio projeto, que resolveu colocar o seu nome na proposição.

Ao analisar a página no Facebook do Aplicativo Mudamos, mais uma vez foi possível inferir sobre essa questão do individualismo conectado. Na página verificamos que, em muitas postagens, são utilizadas linguagens que tratam da questão do cidadão como agente transformador do local em que reside. Nas publicações é possível constatar que há um incentivo para a participação de forma individual, pois estimulam que a pessoa proponha seu projeto, sempre remetendo a um discurso individualizante.

A partir desses indícios preliminares, direcionamos nosso olhar para o objeto através de operações inferenciais que serão apresentadas nos próximos itens deste capítulo. São elas: metáforo, metáforas, analogias e a construção de um diagrama.

#### 4.1 METÁFORO

Conforme explicado anteriormente, a partir do que é proposto por Ciro Marcondes Filho, o metáforo diz respeito aos nossos instintos e emoções sobre o objeto que está sendo pesquisado. Como em nosso caso há uma forte relação com a política e instrumentos de participação, que visam o coletivo, percebemos que o Mudamos se mostra como um novo modelo de participação. Nesta pesquisa, entendemos isso como um convite voltado para a “participação” e para a “conexão”. Porém, a plataforma propõe algo diferente no que diz respeito a questão de participação democrática e da própria conexão entre indivíduos.

É possível perceber que o Mudamos busca inovar, trazer algo diferente e que incentive uma nova participação para os cidadãos, onde eles tenham a liberdade de propor algo, assim como, apoiar outras proposições. O interessante é que essa nova participação se faz por meio do uso de um aplicativo (conectado), no qual a ideia de conexão gira em torno da forma como o usuário pode propor um projeto de lei de iniciativa popular ou assinar uma proposta que já esteja submetida. É algo diferente do que ocorre em uma reunião de um grupo de pessoas, como de uma associação

de moradores ou qualquer outra organização social. A diferença se dá porque nesses espaços mais convencionais de participação, são discutidas pautas coletivas e que são construídas de forma coletiva. Além disso, o Mudamos também se diferencia da conexão entre as pessoas em rede.

Antes de pensar em questões teóricas e fundamentado no que observamos, sentimos e analisamos, compreendemos que ocorre no Aplicativo Mudamos uma nova participação, assim como, uma nova conexão, uma nova forma do cidadão participar na construção de algo, seja para seu interesse próprio ou seja de interesse coletivo. Porém, notamos que essa participação se dá de uma maneira diferente do habitual dentro do contexto brasileiro, em que movimentos sociais eram acionados por formas de participação alicerçadas na presencialidade. Assim, os metáforos propostos neste item são capazes de colaborar com a construção das metáforas, que serão expostas no próximo item.

## 4.2 METÁFORAS

Um dos pontos importantes na condução desta pesquisa é a construção de metáforas, conhecidas popularmente como figuras de linguagem. As metáforas que integram o desenho desta pesquisa partem da ideia do solitário, da definição de solidão em conjunto com a metáfora da interação. Ao observar o Aplicativo Mudamos, com os indícios apresentados neste capítulo somado aos sentimentos despertados ao analisar o objeto, percebemos que essa “nova participação”, “nova conexão” ou até mesmo, o próprio “individualismo conectado”, remetem a ideia do solitário, da solidão e de uma falta de interação – ou ainda, uma interação limitada. Denota a ideia de algo que é sozinho, individual, sem líder, sem um grupo, coletivo ou organização.

As metáforas da solidão e da interação podem se enquadrar tanto para o aplicativo, como para quem utiliza dele, assim como, para o que ele representa socialmente. É como se o aplicativo demonstrasse ser algo solitário, que está “esperando” que algum dos projetos consiga alcançar o número de assinaturas para ser encaminhado ao respectivo legislativo. Também observamos a existência de usuários que estão ali para criar a sua própria marca ou história, de forma isolada, sem pensar em algo coletivo e sem construir uma interação com os demais usuários.

Assim como as metáforas, as analogias colaboram com o desenvolvimento desta pesquisa e construção do diagrama. As analogias serão apresentadas no próximo item deste capítulo.

### 4.3 ANALOGIAS

As analogias aqui explicitadas derivam de nosso processo inferencial feito a partir do que é proposto pelo Aplicativo Mudamos e análise dos indícios, metáforas e metáforas. A primeira analogia apresentada está relacionada a democracia. Primeiramente ressaltamos que a palavra democracia é muito banalizada atualmente e acaba sendo usada para justificar quase “qualquer coisa”. Em uma conversa de bar, em reuniões familiares, em propostas, entre tantas outras ocasiões, a democracia ou suas derivações estão sendo expostas e discutidas. Nesta pesquisa, buscamos refletir sobre a palavra democracia. Tal concepção remete ao processo político e democrático pelo qual o aplicativo procura espaço de construção da representatividade. O Mudamos se apresenta como uma proposta que viabiliza o processo de democracia direta. E, a partir disso, se abarca do artigo 61 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 61 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (BRASIL, 1988).

Nossa segunda analogia remete a ideia de individualismo, ou seja, trata-se da questão da individualização, algo que percebemos ser muito forte quando se fala em ambientes digitais e que acaba sendo uma forma de mudar o modo de ver e pensar a democracia. Alguns autores destacam que cada ator social cria, nesses ambientes digitais, uma trajetória individual, dessa forma entendemos que; “Por outras palavras, estamos a aludir a uma crescente margem de possibilidade de cada ator social para recriar o seu próprio percurso, entrando em decadência as formas de participação cívica de caráter coletivo”. (SOUSA; MORAIS, 2012, p. 87).

Diante das analogias estabelecidas, é preciso discutir teoricamente os conceitos de democracia e individualização. E, nesta investigação, entendemos que a democracia e o individualismo estão ligados a noções de participação, conexão,

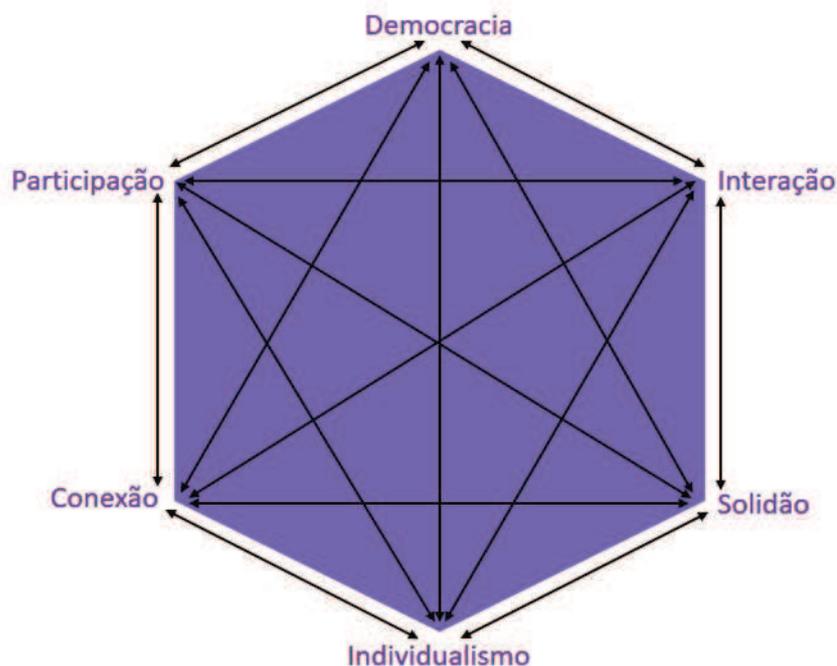
interação e solidão. Tudo isso está interligado ao eixo temático desta pesquisa que é a comunicação e a política na perspectiva da midiatização.

A partir do que foi apresentado até aqui, o próximo item deste capítulo será dedicado a expor o diagrama construído com base nos indícios, metáforas, metáforas e analogias.

#### 4.4 DIAGRAMA

A elaboração do diagrama da pesquisa é muito importante para a construção da problemática, assim como, para as reflexões teóricas. Desta forma, na Figura 40 podemos observar a construção do diagrama a partir do método exposto neste capítulo. O diagrama da pesquisa nos mostra muitas ligações e tensionamentos. Democracia, individualismo, participação, interação, conexão e solidão se interligam e geram muitos ângulos instigantes para a perceptiva dessa pesquisa. Algumas questões surgiram no decorrer da escrita deste trabalho, tais como: Como pensar em uma democracia com práticas voltadas ao individualismo? A participação funciona dentro do aplicativo a partir da atual perspectiva de democracia? Qual a interação que ocorre dentro do aplicativo? Existe uma conexão entre as pessoas? Como pensar em uma participação e interação a partir da solidão? Enfim, esses são alguns questionamentos que surgiram na elaboração do diagrama apresentado.

Figura 39 – Diagrama construído a partir do método



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Durante o processo de pesquisa, através da elaboração do método, foi possível observar um forte tensionamento entre os indícios, metáforas, metáforas e analogias. Contudo, o processo mais relevante descoberto em nosso objeto diz respeito as tensões e afetações entre a democracia e o individualismo, o que gera outros pontos, como pode ser visto no Diagrama (Figura 39).

O atual contexto político do Brasil existe dentro de uma perspectiva de democracia representativa – ou pelo menos, uma a tentativa de. Na democracia representativa, nós, eleitores e cidadãos brasileiros, vamos até as urnas – através do voto – com o objetivo de elegermos representantes nas esferas legislativas e executivas, em nível municipal, estadual e nacional. “Em suma, o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir”. (BOBBIO, 2000, p. 372).

Nesse sentido, nota-se uma tentativa, por parte de seus criadores, de inserir o Aplicativo Mudamos no contexto da democracia participativa, pois o mesmo se auto denomina uma ferramenta de participação popular. Destacamos que, conceitualmente, a proposta de democracia participativa “[...] para valer seria apenas

aquela em que todos os membros da comunidade política pudessem participar, ou, pelo menos, em que haveria uma participação de massa”. (GOMES, 2011, p. 24).

Inclusive, na última década, muitos projetos estão surgindo com a pretensão de se tornarem ferramentas de democracia participativa, com uma ideia de transformar o atual contexto democrático. Porém, notamos que muitas dessas iniciativas, em especial o Aplicativo Mudamos, acabam gerando um processo no qual o cidadão “participa” de forma individual, remetendo ao conceito de individualismo.

A questão da individualização é uma das discussões que integram essa pesquisa. Dentro do contexto teórico da comunicação podemos citar Dominique Wolton (2012), que nos mostra a existência de uma grande discussão entre indivíduo e sociedade. Sendo assim, o autor propõe que a comunicação é a essência dos tempos atuais. Ela se torna essencial por três razões, que podem ser vistas a seguir:

Supõe seres livres para os quais a liberdade de informação e de comunicação está no cerne de todas as relações sociais e políticas; ela deve administrar, constantemente no seio de nossa sociedade individualista de massa, os dois sentidos contraditórios provenientes de duas heranças políticas, dos séculos XVIII e XIX, a liberdade individual e a igualdade de todos; e por fim, a comunicação é a condição para a democracia de massa. (WOLTON, 2012, p. 11).

Como pode ser observado, a discussão sobre o cidadão como protagonista do processo democrático agindo de forma individualizada, gera contradições acerca democracia em si e da forma como a política é vivida. Wolton (2012, p. 12) deixa claro que as teorias da comunicação estão ligadas com uma representação da sociedade, bem como determinada teoria de sociedade pode acabar provocando um modelo comunicacional individual ou coletivo. Desta forma, percebe-se que isso gera um tensionamento com o conceito de democracia. Essa tensão entre democracia e individualismo nos causa uma inquietação. Nos leva a uma reflexão sobre os efeitos da midiatização, assim como, nos faz pensar a respeito de uma proposta para a compreensão da democracia em contexto individualista – que será explicada a seguir.

As discussões que envolvem democracia e individualismo não começaram a ser desenvolvidas recentemente. Ao falar da democracia, trazendo reflexões sobre uma democracia individualista, Magalhães (2000), apresenta as ideias do sociólogo

francês Alexis de Tocqueville, que foram desenvolvidas entre os anos de 1835 e 1840. De acordo com Magalhães (2000, p. 142), Tocqueville “[...] dedicou seus trabalhos a uma intensa preocupação com a possibilidade da democracia transformar-se em seu próprio algoz, tendo em vista o excessivo peso concedido pelas sociedades modernas ao seu poder majoritário”. Magalhães (2000), também salienta, que a obra de Tocqueville segue muito atual para compreender as transformações que vem ocorrendo na democracia contemporânea.

A análise da obra de Tocqueville sugere, portanto, a procura, antes de qualquer outra coisa, de respostas para suas inquietações – ainda hoje válidas – sobre o perigo que pode representar, para os Estados modernos, o desenvolvimento incontrolável do chamado processo democrático “individualista”. (MAGALHÃES, 2000, p. 142).

Porém, autores como Borges (2000), ao falarem acerca da teoria da escolha pública, destacam que “[...] a essência da democracia está no individualismo, o que justifica conceber o mercado como a base da vida democrática”. (BORGES, 2001, p. 160 apud BUCHANAN, 1975). Diante disso, questionamos: como pensar em uma democracia individualista? Sendo que “[...] o individualismo extremado tem levado populações inteiras ao desespero e a filosofia ao irracionalismo, à quintessência da razão calculadora”. (MAGALHÃES, 2000, p. 143).

Assim como as acepções de Tocqueville, expressadas através de Magalhães (2000), outros autores também já refletiam sobre os problemas que poderiam ser originados através do individualismo.

O individualismo é o valor cardinal das sociedades modernas. O surgimento do individualismo significará simultaneamente a cegueira ao social. A ideologia moderna é individualista na medida em que valoriza o indivíduo concebido como sujeito moral, independente e autônomo e ignora ou subordina a totalidade social. De acordo com essa configuração de valores de ideias, o indivíduo tem atributos como igualdade e liberdade. (STOLCKE, 2001, p. 20 apud DUMONT, 1987, p. 23-24)

Desta forma, entendemos que dentro do Aplicativo Mudamos e nas redes sociais que formam seu circuito-ambiente, existe uma prática de valorização individual do indivíduo. Ou seja, o cidadão é visto como um sujeito moral, que pode agir de forma independente, sem o apoio ou influência de outras pessoas e/ou instituições. Porém, ao refletir sobre a noção de democracia participativa – também proposta pelo aplicativo – percebemos contradições, o que gerou inquietações durante nosso processo de investigação. Alguns autores, com uma visão mais

positivista, defendem que a participação seria o contexto ideal das práticas democráticas.

Ao avaliar a proposta de Buchanan (1975), Borges (2001, p. 168) propõe a seguinte reflexão:

No mundo idealizado por Buchanan, o cidadão comum se sentiria um participante ativo do processo político, vendo no poder do Estado a consequência lógica de um contrato entre indivíduos auto-interessados que decidem renunciar a parte de sua soberania para viabilizar as trocas no mercado. Uma vez definido o elenco de direitos e obrigações básicas, no estágio denominado pós-constitucional, os indivíduos tomariam decisões sobre a produção de bens e serviços públicos, preferencialmente através da regra de votação unânime. (BORGES, 2001, p. 168 apud BUCHANAN, 1975, p. 95-97).

Porém, nota-se que nos últimos anos os cidadãos estão cada vez mais individualistas, talvez isso ocorra pelo descrédito na política. Então, observando o Mudamos, nos parece evidente que as pessoas estão pensando em ações que visem apenas o benefício próprio, sem pensar muito no coletivo. Ou ainda, quando pensam no coletivo, querem que os méritos pela ideia sejam seus, sejam particulares.

Conforme já expressado neste texto, o individualismo não é visto com bons olhos por parte de muitos teóricos. De acordo com Magalhães (2000, p. 161),

[...] a evolução da democracia individualista confirma os prognósticos tocquevilleanos a respeito da universalização de um tipo particular de pensamento, mas o remédio é ineficaz". E como complemento desta reflexão, a proposta de um individualismo moderno pode ser vista como uma espécie de "inconsciência do social. (STOLCKE, 2001, p. 21 apud TCHERKÉZOFF, 1993, p. 156).

Contudo, vale destacar que não existe uma origem definida a respeito do surgimento do individualismo moderno, ou seja, "Não há acordo sobre as origens do individualismo moderno. Alguns autores enraízam o conceito moderno do indivíduo na Grécia clássica, outros no Renascimento e outros ainda na revolução burguesa". (STOLCKE, 2001, p. 23). Assim, ficam algumas dúvidas acerca de sua origem, mas as reflexões teóricas são muito importantes para compreender esse contexto social e político.

Ao pensar sobre as práticas democráticas em ambientes digitais, trazemos algumas reflexões de Silva (2005) referenciando Dahlberg (2001), que propõe três segmentos predominantes na disputa de um modelo de democracia nas redes: (1)

modelo individualista-liberal, (2) modelo comunitarista e (3) modelo deliberacionista. Nesta pesquisa, destacamos o modelo individualista-liberal, que de acordo com Silva (2005, p. 453 apud DAHLBERG, 2001, p. 158), é “um modelo democrático ganha legitimidade quando fornece expressão aos interesses individuais”.

Todavia, autores como Shirky (2011), que tem um olhar mais positivista, acreditam que apesar das pessoas serem individuais elas conservam aspectos sociais. “Cada um de nós tem uma mente racional; podemos fazer considerações e decisões individuais. E também temos uma mente emocional; podemos criar laços profundos com outras pessoas a ponto de transcender nossos intelectos individuais”. (SHIRKY, 2011, p. 146).

Um dos pontos do nosso Diagrama se refere a questão da participação. Esta acaba sendo tensionada pela democracia, individualismo, interação, conexão e solidão, conforme citamos anteriormente. Gomes (2011, p. 24) vê que a “[...] participação para valer seria apenas aquela em que todos os membros da comunidade política pudessem participar, ou, pelo menos, em que haveria uma participação de massa”. Ou seja, mostra uma perspectiva de participação através de um forte engajamento, de pessoas unidas em prol da coletividade. Desta forma, o autor destaca que os “[...] indivíduos estão menos propensos à participação em projetos coletivos e ao engajamento numa agenda política hoje do que estiveram ao redor dos anos 60”. (GOMES, 2011, p. 38). Essa perspectiva de Gomes (2011) está dentro de uma proposta que pensa a participação como um viés político na internet.

Porém, a conceituação de participação, em sua origem, vem interligada com uma noção de democracia.

Em relação à história recente, encontramos a ideia de participação em meados da década de 1960, associada a projetos de auto-gestão de empresas propostos em certos meios sindicais. Depois de Maio de 1968, a ideia vai crescer em alguns meios políticos e ativistas em torno do projeto de “democracia participativa”, com o objetivo de envolver os cidadãos mais diretamente nos processos de decisão política. (PROULX, 2014, p. 14-15).

Ao discorrer sobre a contribuição dos usuários no espaço das redes, Proulx (2016) nos instiga a questionar se a participação realmente é efetiva dentro de dispositivos que se oferecem como ferramentas democráticas. Do mesmo modo, o autor apresenta os seguintes questionamentos acerca da participação:

Mas podemos nos perguntar se isso é uma ilusão de participação: o que é participar? Esta questão, na verdade, estende-se até mesmo ao campo político, porque, desde os anos 1960, na América do Norte, pelo menos, falou-se em democracia participativa. O que é, então, uma democracia participativa? Será que esses dispositivos digitais interativos podem incentivar a democracia participativa? (PROULX, 2016, p. 107).

Proulx (2016, p. 110), ao falar sobre o agir político nos meios digitais, levanta a seguinte questão: “em que medida a participação midiática pode levar a uma participação política?”. Os questionamentos apresentados pelo autor nos levam pensar sobre as diversas formas de praticar ou exercer a participação, nos variados campos sociais e espaços de “ação política” e “comunicativa”.

Em outro trabalho, Proulx (2014) fala sobre as “práticas de contribuição online” que ocorrem na Internet. “O modelo da contribuição online também toma de empréstimo uma lógica de “participação”, plataforma ideológica com uma longa história”. (PROULX, 2014, p. 14). Como pode ser visto o pesquisador apresenta uma proposta de contribuição online, a partir da ideia de participação. Para o autor, existe uma participação que está associada a essas questões e gera uma contribuição online, que, por sua vez, pode ocorrer de diversas formas, como: em blogs; sites de redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn); na criação de playlist de músicas em aplicativos como Spotify e Deezer; compartilhamento de fotos no Flickr, de vídeos ou sons no YouTube e entre outros.

Com base nas ideias apresentadas por Gomes (2011) e Proulx (2014, 2016) propomos pensar o modo como se dá a participação dentro do Aplicativo Mudamos. Assim, indagamos: É realmente uma participação? De que forma isso ocorre?

Outro ponto importante de nosso diagrama está relacionado com as conexões. Nesse sentido, refletimos se realmente há conexões no Aplicativo Mudamos. Sobre isso Silva (2011, p. 123) afirma que, “desde os anos 90, o desenvolvimento e a popularização de dispositivos digitais de comunicação têm desafiado as democracias contemporâneas a explorarem novas formas de conexão política com os seus cidadãos”.

Autores como Keen (2012) abordam a questão das mídias sociais estarem se tornando a vida das pessoas, sendo consideradas “[...] palco central e cada vez mais transparente da existência humana, o que os investidores de risco do Vale do Silício hoje chamam de “internet de pessoas””. (KEEN, 2012, p. 10). Ponderando acerca das reflexões de Keen questionamos: até onde estamos realmente conectados?

Estamos conectados entre si ou apenas em dispositivos? Sobre isso, o autor (2012, p. 25) destaca que estamos vivendo "[...] a atual tirania de uma rede social cada vez mais transparente que ameaça a liberdade individual, a felicidade e talvez a própria personalidade do homem contemporâneo". E, em seu livro "Vertigem digital: Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando", ele complementa apresentando "[...] uma defesa do mistério e do segredo da existência individual". (KEEN, 2012, p. 25). O autor também acrescenta que:

Num universo no qual quase todo ser humano do planeta estará conectado em meados do século XXI, este livro é um discurso contra o compartilhamento e a abertura radicais, a transparência pessoal, o grande exibicionismo e as outras ortodoxias comunitárias devotas de nossa época conectada. No entanto, este livro não é mais que apenas um manifesto antissocial. É também um estudo de por que, como seres humanos, privacidade e solidão nos tornam felizes. (KEEN, 2012, p. 25-26).

Para Keen (2012, p. 22), fica claro que a sociedade está perdendo a sua identidade e personalidade, pois "estamos nos tornando esquizofrênicos – a um só tempo desligados do mundo, porém de uma forma irritantemente onipresentes". O autor também destaca que a internet funciona como "o espelho de um mundo e rede no qual vivemos sozinhos juntos". (KEEN, 2012, p. 81).

Keen (2012) salienta sua preocupação em ver como as pessoas estão perdendo a privacidade, afinal a partir do momento em que se tornam transparentes nas redes sociais, sem segredos, sem solidão e muitas vezes mal acompanhados, acabam por se tornar seres conectados e deixam de ser seres humanos. O autor faz uma boa reflexão sobre o tipo de conexão que as pessoas estão vivendo, definindo os participantes desse processo da seguinte forma: "[...] de prisioneiros conectados a operários conectados, passando por estudantes conectados e cidadãos conectados – pudessem ser inspecionados 'a cada instante do tempo'". (KEEN, 2012, p. 29).

Ainda nesse aspecto, Keen (2012) acredita que essa conexão está desorientando as pessoas, fazendo com que elas percam sua essência como ser humano e "vivam apenas atrás de uma tela", em busca de um protagonismo virtual. Mill (1969, apud KEEN, 2012, p. 201) argumentava que para "[...] permanecer humanos exigia que algumas vezes nos desconectássemos da sociedade, para continuarmos privados, autônomos e secretos". Ou seja, de acordo com a proposta de Keen (2012) as redes sociais e demais plataformas digitais estão consumindo

boa parte dos nossos dias. Muitas pessoas “vivem atrás de telas” buscando uma presença virtual, na qual necessitam estar 24 horas por dia conectadas, sem deixar um espaço para o silêncio.

Ressaltamos que nem todos os autores que se dedicam a estudar estes processos pensam como Keen (2012). Um exemplo deles é Shirky (2011). Enquanto o primeiro é contra o positivismo e acredita que estamos nos tornando pessoas desorientadas, o segundo vê uma grande descoberta de potencial nas pessoas conectadas.

De acordo com Shirky (2011), as conexões aumentam nossa expressão e a busca por participação e compartilhamento em rede. “A satisfação de sentimentos de participação e compartilhamento pode aumentar nosso desejo de maior conexão, o que aumenta sua expressão, e assim por diante”. (SHIRKY, 2011, p. 82-83). Dentro do que é proposto por Shirky (2011), Recuero (2009) também vê com bons olhos a conexão através das tecnologias afirmando que “essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas por computador”. (RECUERO, 2009, p. 16). E complementa:

Recuero (2009, p. 44) propõe uma ideia de capital social dentro do contexto da internet, pois acredita que é um “elemento relativo à qualidade das conexões de uma rede social na Internet. É um dos elementos estudados por diversos autores como um indicativo da conexão entre pares de indivíduos em uma rede social”.

Dentro deste contexto, Lévy (1998, p. 69) ressalta que, “numa perspectiva política, as grandes fases da dinâmica da inteligência coletiva são a escuta, a expressão, a decisão, a avaliação, a organização, a conexão e a visão, cada uma delas remetendo a todas as outras”. Ou seja, com um olhar diferente do que é proposto por Keen (2012), ele vê as redes sociais como um fator importante na conexão entre as pessoas. Diante disso, refletimos se essa conexão tem conectado ou desconectado as pessoas e esse é um dos pontos que buscamos analisar neste trabalho.

A solidão é outro aspecto que observamos, tentando inferir se ela está ligada com a interação ou a com falta dela. Wolton (2001, 2002, 2014) fala sobre a questão das “solidões interativas”, que podem ser consideradas dentro desta pesquisa. De acordo com Wolton (2001), as pessoas precisam fazer a comunicação

“mediatizada”, mas também precisam fazer uma comunicação “natural”. Para o autor (2001, p. 25) “é preciso também aconselhar o internauta a sair da comunicação mediatizada e se confrontar com a comunicação natural humana e social”. Wolton (2001) explica a importância de valorizar os contatos, a voz, os olhares e os sentidos das pessoas, bem como “troca de signos”, chamando atenção para as “solidões interativas”. (WOLTON, 2001, p. 25).

Quando pensamos em aplicativos e redes sociais, como uma comunidade formada através de dispositivos, é necessário prestar atenção em detalhes que estão modificando a forma de agir e pensar de pessoas consumidoras e fornecedoras de informação.

Podemos porque a solidão interativa existe dentro dessas comunidades. O que é o progresso na vida? É a constante confrontação com situações e experiências que são diferentes. Mantenha tudo: as mesmas coisas, o mesmo bairro, a mesma casa, o mesmo casal etc. Oras, fica tudo na mesma. Então, eu não digo que os meios de massa são perfeitamente formidáveis, de forma alguma! Contudo, existem dois aspectos interessantes na mídia de massa: é o lugar de oferta, em oposição à cultura do conteúdo por demanda, e o lugar de todos os públicos. Essas não são perspectivas da internet ou da televisão comunitária. O problema de hoje não é a complementariedade desses diferentes meios, o problema de hoje é que as pessoas fãs da internet acham que são mais inteligentes, mais avançadas, mais modernas que as pessoas fãs da imprensa escrita e da televisão. Isso é estúpido. Em francês, temos um ditado: “vassoura nova, vassoura boa”. Mas não só porque é nova que é melhor. (WOLTON, 2014, p. 07).

Desta forma, quando observamos o Aplicativo Mudamos, refletimos sobre o tipo de conexão, interação e participação que ali encontramos. Nessa lógica, notamos uma solidão e um individualismo, tanto na maneira como o usuário se faz presente no aplicativo, como nas próprias redes sociais do Mudamos. Isso, de certo modo, causa um tensionamento com a própria proposta da iniciativa. Para tentar entender melhor esse movimento, acionamos Wolton (2002):

É por isso que toda reflexão teórica sobre a comunicação passa hoje por uma reflexão crítica sobre as técnicas, não para criticar o papel delas, mas para relativizar seus lugares. Dizendo de outra maneira, socializar a técnica para evitar a tecnização da sociedade. Fazer humanistas internautas e não internautas esquizofrênicos. Evitar que as técnicas se esquivem da interatividade. Evitar as “solidões interativas”. (WOLTON, 2002, p. 09).

A reflexão exposta acima nos parece particularmente interessante, pois dentro da nossa proposta de pesquisa, Wolton é um dos autores que mais se aproxima de nosso estudo com o conceito de solidão interativa. Consideramos que a

“solidão interativa” é muito perceptível nos meios que compõem o Mudamos e acreditamos que é necessário estudar mais a fundo esse aspecto.

Sendo assim, a partir das operações inferenciais expostas neste capítulo, conseguimos analisar que os meios que integram o Mudamos – aplicativo, site e página no Facebook – nos levam a hipótese de uma democracia que está sendo formada a partir do individualismo, na qual a participação se dá de forma solitária, com falta de interação e conexão entre os usuários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa, foi possível ampliar o conhecimento e as reflexões sobre o conceito de midiatização, assim como, compreender diversas abstrações teóricas originadas na linhagem de pesquisa e que colaboram com a compreensão do que a sociedade está vivendo na atualidade. Em especial, no desenvolvimento desta pesquisa, adotamos uma perspectiva sobre a midiatização originada em uma nova cultura política, na qual a sociedade começa a mudar seu modo de ser político no processo de construção social. Desta forma, adotamos uma discussão que envolvem o eixo temático entre comunicação – a partir de conceitos ligados à midiatização – e política.

Sendo assim, apoiados nos diversos movimentos que foram realizados nesta trajetória, nos propomos a tentar compreender e apresentar possíveis respostas para as seguintes questões preliminares: **quais são os direcionamentos do meio-aplicativo Mudamos, considerando sua arquitetura e as possibilidades de ações por parte dos usuários? Esses direcionamentos correspondem à promessa de que esse meio fortalece a democracia participativa?**

Para chegar nas proposições preliminares e dar continuidade no desenvolvimento desta pesquisa, apresentamos o objeto de pesquisa dentro da perspectiva da midiatização, assim como, o método adotado, subsidiado nos argumentos abdução, indutivo e dedutivo. Os argumentos foram muito importantes na construção da hipótese desenvolvida no decorrer deste trabalho.

No desenvolvimento desta pesquisa, procuramos levantar uma discussão com um olhar um pouco diferente do que vem sendo comumente discutido no âmbito acadêmico. Em algumas pesquisas, como de Freitas, Lima e Lima (2015), Gomes (2011), Maia (2008; 2011), Pereira (2011), Sampaio, Maia e Marques (2010) e Silva (2011), observamos que os autores não constroem suas inferências com base nos usos sociais dos objetos pesquisados ou numa perspectiva que considera o que se faz “dentro” desses espaços. Há uma certa convergência de que os mesmos se constituiriam em alternativas para uma democracia participativa e deliberativa.

A pesquisa desenvolvida por Freitas, Lima e Lima (2015) propôs um estudo sobre uma comunidade virtual, no âmbito legislativo, fora de uma organização social. Os autores analisaram o portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, a partir de

um olhar sobre um espaço virtual para discussão e deliberação política, ou seja, dentro da proposta de uma democracia participativa e deliberativa.

Entre as diversas pesquisas realizadas, Gomes (2011) apresenta a proposta de uma participação online. De acordo com o autor, a participação online é desenvolvida por aqueles que “[...] são capazes de dobrar e empregar quaisquer ferramentas digitais para participar de iniciativas digitais com propósitos políticos”. (GOMES, 2011, p. 21). O autor nos mostra a ideia de que uma participação em ambiente digital se dá através de usuários que utilizam plataformas digitais, voltadas para diversas áreas, entre elas, a política. Sua proposta de pesquisa está focada em uma concepção de democracia participativa, com vestígios da noção de democracia deliberativa.

Já as pesquisas realizadas por Maia (2008; 2011), apresentam uma reflexão sobre os espaços de participação na internet. Para a autora, a internet tem um grande potencial para discussões entre cidadãos e governantes. Além disso, ela também afirma que, através desses espaços, a sociedade civil pode se entusiasmar e revigorar a participação civil. A perspectiva da autora, em ambas as pesquisas, tem como fundamento as proposições de uma democracia participativa e deliberativa. (MAIA, 2008; 2011).

Pereira (2011) faz uma análise na qual considera a internet uma grande possibilidade para ações participativas dos movimentos sociais. Para o autor, por meio de iniciativas de participação online, o usuário estaria dentro de uma proposta de ativismo eletrônico. A ideia defendida por Pereira (2011, p. 03) considera que a participação dos usuários em ambientes digitais é capaz de “reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar”, desenvolvendo um entendimento de uma participação que “funciona de fato”.

O trabalho de Sampaio, Maia e Marques (2010) propôs um estudo sobre o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Os autores analisaram as discussões dos cidadãos no fórum online, utilizando como embasamento teorias deliberativas. Esse trabalho apresenta a ideia de que a participação digital funciona em espaços de fóruns online.

Por fim, destacamos o trabalho de Silva (2011) acerca das exigências democráticas na interface digital. O autor propõe que, em ambientes digitais que buscam funcionar como ferramentas de participação democrática, é necessário o cumprimento de requisitos democráticos, tais como: publicidade, responsividade e

porosidade. “O primeiro diz respeito ao princípio de tornar o Estado mais transparente ao cidadão; o segundo, de torna-lo, mas dialógico e o terceiro de torna-lo mais aberto à opinião pública”. (SILVA, 2011, p. 125). A perspectiva de Silva (2011), está diretamente relacionada a transparência dos ambientes digitais que envolvem questões democráticas, em especial, nas iniciativas governamentais.

Diante dessas concepções diversas, ressaltamos que em nossa pesquisa sugerimos um olhar para dentro do meio (Aplicativo Mudamos), onde conseguimos observar as inferências descritas nesta pesquisa – conexão, interação, participação e solidão – com um forte tensionamento entre a democracia e o individualismo. Ao observar os circuitos que vão sendo formados a partir do Mudamos, percebe-se que existem alguns caminhos, mas não uma forma de contato com outros indivíduos.

A nossa visada, parte das inferências expostas, e mostra uma análise mais específica do espaço, bem como possibilidades de uso individual do aplicativo. Nesse sentido, argumentamos que os usos observados não correspondem aos princípios de uma democracia participativa, pois direcionam o usuário para um papel e percurso individual dentro da plataforma.

\*\*\*

No campo de observação da pesquisa, apresentado no Capítulo 3, tivemos a preocupação em tentar explicar para o leitor como está arquitetado o Aplicativo Mudamos, assim como, o site e a página no Facebook da iniciativa. Para isso, realizamos uma visita descritiva ao aplicativo, com algumas inferências dedutivas, considerando a perspectiva do individualismo conectado (abdução primeira sobre o espaço Mudamos).

Assim, conseguimos desdobrar a proposição inicial, buscando respostas ao tema na perspectiva da mídiatização. Isso foi apresentado no Capítulo 4, onde trazemos as operações inferenciais – metáforas, metáforas, analogias e o diagrama – que foram mobilizadas para a produção inferências singulares relacionadas ao caso. A começar por isso, conseguimos chegar a uma hipótese sobre as contradições entre a promessa do projeto e o que ocorre de fato, ou seja, entre o exercício de uma democracia liberal idealizada e a configuração de um individualismo que alimenta crises nas relações entre democracia, participação, conexão e interações (democracia solitária).

Ao chegar nas conclusões e possíveis caminhos desta pesquisa, sabemos que muitas questões poderiam ter sido mais aprofundadas. Assim como, também temos consciência de que poderíamos ter trazido outros estudos – o estado da arte – para mostrar e discutir o atual cenário das pesquisas que envolvem as discussões sobre comunicação, política e espaços de participação em plataformas digitais.

Porém, dentro do atual contexto político em que o país está inserido, a discussão apresentada nesta pesquisa é apenas um recorte inscrito em um eixo temático mais amplo. A possibilidade de realizar um estudo sobre o que se diz do Aplicativo Mudamos em outros meios, nos permitiria criar inferências novas, que poderiam ser feitas por meio da análise do sistema de resposta social em torno do Mudamos (BRAGA, 2006). Ressaltamos que isso poderia ser interessante para repensar a própria hipótese de pesquisa aqui desenvolvida. Mas acreditamos que mesmo esse olhar voltado ao que se diz “de fora” do aplicativo, não invalidaria a realidade específica que foi micro observada nesse estudo.

Desta forma, acreditamos que outras pesquisas poderiam render discussões e olhares diversos sobre o objeto, porém optamos por observar os tensionamentos apresentados nas operações inferenciais descritas que colaboraram para a construção de nossa hipótese. Entendemos que casos futuros sobre aplicativos de “participação online”, poderão fortalecer ou enfraquecer a hipótese construída em nosso caso.

Especificamente sobre meu processo formativo como pesquisadora, destaco que, no decorrer do percurso do mestrado, percebi que os trabalhos de midiatização desenvolvidos na Linha de Pesquisa 4 - Midiatização e Processos Sociais remetem para objetos específicos de comunicação. Acredito que seja importante que ocorram discussões com a possibilidade de aprofundar o conceito em uma perspectiva macro, onde outros pesquisadores consigam trabalhar os mais diversos objetos de comunicação.

Outro ponto importante que sentimos necessidade de destacar nesta conclusão, diz respeito ao próprio conceito de midiatização. Ao longo do percurso para a realização dessa pesquisa, refleti, por diversas vezes, acerca do modo como o conceito de midiatização vem sendo apresentado nas pesquisas. Com base nisso, preliminarmente, acredito que o processo de midiatização é algo já estabelecido, talvez até finalizado, indo de encontro com algumas das óticas defendidas na área. Justamente por isso, foi feita opção de não utilizar a expressão **em vias de**

**midiatização.** Contudo, reconheço que essa reflexão precisa ser melhor analisada, aprofundada e discutida. Porventura, poderá ser pensada em um futuro projeto de doutorado dentro do eixo comunicação e política, como uma continuidade desta pesquisa.

Sendo assim, nesta etapa de conclusão do mestrado, apresentamos uma pesquisa que possibilita uma continuidade de discussão, de nossa autoria ou de outros pesquisadores, com o aprofundamento da hipótese apresentada. A presente discussão também é uma porta para o desenvolvimento de outras pesquisas na área, assim como, uma proposta de reflexão sobre o atual contexto democrático do país, onde posso pensar em um estudo que possa aprofundar reflexões sobre a democracia liberal, comunicação e política no contexto da midiatização, ou dos processos sociais e midiatização.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BORGES, André. Democracia vs. Eficiência: a teoria da escolha pública. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 53, p. 159-179, 2001.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos da Comunicação. In: BRAGA, José Luiz et.al. **Matrizes Interacionais - a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017a. p. 43-64.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida. *Mediação e Mídiação: Livro Compós 2012*. Salvador/Brasília: UFBA/COMPÓS, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6187/1/MIDIATIZACAO\\_repositorio.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6187/1/MIDIATIZACAO_repositorio.pdf). Acesso em: 03 jan. 2018.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Revista Matrizes*. Vol. 1, nº 02, abril de 2008, p. 73-88. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017353004>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, José Luiz et.al. **Matrizes Interacionais - a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 17-42.
- BRAGA, José Luiz. Instituições & mediação - um olhar comunicacional. In: FERREIRA, Jairo (Org.); BRAGA, José Luiz (Org.); FAUSTO NETO, Antonio (Org.); GOMES, Pedro Gilberto (Org.); Rosa, Ana Paula (Org.). **Entre o que se diz e o que se pensa**: onde está a mediação?. 1. ed. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2018. v. 1. p. 291 – 311. Disponível em: <http://mediaticom.org/files/entreoquesedizeoquepensa/entreoquesedizeoquepensa.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da mediação. In: FAUSTO NETO, Antonio; ANSELMINO, Natalia Raimondo; GINDIN, Irene Lis (orgs). CIM – **Relatos de Investigaciones sobre mediaciones**. Rosário: URN Editora, 2015. p. 15-32.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2019.
- DALLAGNOL, Deltan. **Conheça o aplicativo Mudamos+, que coleta assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular, revolucionando a relação entre eleitores e seus representantes**. Brasil, 26 nov. 2017. Twitter: @deltanmd. Disponível em: <https://twitter.com/deltanmd/status/934821552985481222>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FAUSTO NETO, Antonio. Mídiação – Prática social, prática de sentido. **Trabalho apresentado no GT Políticas e Estratégias de Comunicação do XV Encontro Anual da Compós** – UNESP – Bauru, 6 a 9 de junho de 2006. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_544.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_544.pdf). Acesso em: 14 abr. 2017.

FAUSTO NETO, Antônio. Nas bordas da circulação. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro: PPGCOM/PUC-RJ, v. 10, n. 20, jan/jun. 2010. Disponível em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20\\_Neto.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Neto.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

FAXINA, Elson; GOMES, Pedro Gilberto. **Mídiação**: Um novo modo de ser e viver em sociedade. São Paulo: Paulinas, 2016.

FERREIRA, Jairo. A pólis que se faz em processos midiáticos: proposições sobre a política na perspectiva da mídiação. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI JÚNIOR, Jader S.; ROXO, Marco (Orgs.). **Reinvenção comunicacional da política**: modos de habitar e desabitare o século XXI. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2016a. p. 65-84.

FERREIRA, Jairo. Adaptação, ruptura e regulação em dispositivos midiáticos. **Revista Matrizes**, v. 10, n. 2, p. 135-153, 2016b. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/120016/117268>. Acesso em: 15 maio 2019.

FERREIRA, Jairo. As metamorfoses da circulação: dos fluxos às questões de reconhecimento. In: CASTRO, Paulo César. (Org.) **A circulação discursiva entre produção e reconhecimento**. Maceió: Edufal, 2017a.

FERREIRA, Jairo. Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto. **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.

FERREIRA, Jairo. Meios, dispositivos e médium: genealogia e prospecções na perspectiva da mídiação. In: FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula; BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto. (Org.). **Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a mídiação?** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017b.

FERREIRA, Jairo. Mídia e conhecimento: objetos em torno do conceito de dispositivo. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/109656372301436113128775687547030747230.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

FERREIRA, Jairo. Mídiação: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 10, p. 1-15, 2007. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/196/197>. Acesso em: 27 abr. 2018.

FERREIRA, Jairo. O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. **Revista Intexto** (UFRGS Online), v. 27, p. 161-172, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/33802/23491>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **App 'Mudamos' é democracia on-line, diz juiz autor da Lei da Ficha Limpa.** 16 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2017/10/1926230-app-mudamos-e-democracia-on-line-diz-juiz-autor-da-lei-da-ficha-limpa.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: O caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto de democracia do Brasil. **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, v. 22 - n. 75, p. 639-658 - Out./Dez. – 2015. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/9296/9950>. Acesso em: 27 mai. 2019.

G1. **Aplicativo 'Mudamos+' faz coleta de assinaturas para apoiar ou combater projetos de lei.** 20 abr. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/aplicativo-mudamos-faz-coleta-de-assinaturas-para-apoiar-ou-combater-projetos-de-lei/5815601/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GAÚCHAZH. **Foto de buraco negro mostra que Einstein estava certo; entenda.** 10 abr. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2019/04/foto-de-buraco-negro-mostra-que-einstein-estava-certo-entenda-cjubpywm7010t01rtl3hnebsk.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143 – 180.

GLOBO PLAY. **Conversa com Bial - Programa de sexta-feira, 19/05/2017, na íntegra.** Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5882582/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. Como o processo de midiatização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais. In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto. **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes/Mediatization: a concept, multiple voices. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia (PUCRS)**, v. 23, n. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22253/14176>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GOMES, Wilson. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital: Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

LEITE, Francisco. Raciocínio e procedimentos da Grounded. **Revista Questões Transversais (Unisinos)**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2015. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/11310/PDF>. Acesso em: 20 maio 2019.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**: Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MAGALHÃES, Fernando. O passado ameaça o futuro Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 141-164, maio de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a08.pdf>. Acesso em: 19 maio de 2019.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições de Deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia**: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**: Contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

MARCONDES FILHOS, Ciro. Por que a Nova Teoria é uma forma diferente de se pesquisar o jornalismo. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia (PUCRS)**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 759-774, set./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12900/8605>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MARRE, Jacques A. L. A construção do objetivo científico na investigação empírica. **Anais do Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná**. Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MUDAMOS. **Aplicativo Mudamos de Assinaturas Eletrônicas**. [2019?]. Disponível em: <https://www.mudamos.org/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NEPOMUCENO, Mariana; MONTE, Raquel de. Devir-comunicacional e atmosferas epistêmicas do metáforo no pensamento de Ciro Marcondes Filho. In: NAVES, Danielle; LIESEN, Maurício. **Para Comunicar o Incomum**: escritos em homenagem aos 70 anos de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Editora Paulus, 2018. p. 65-86.

NUBIOLA, Jaime. La abducción o lógica de la sorpresa. Razón y Palabra. Primeira **Revista Electrónica en America Latina Especializada en Comunicación**. 2009. Disponível em: <http://www.unav.es/users/AbduccionRazonPalabra.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. **Anais do IV Encontro da Compólitica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011**. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

PROULX, Serge. Desafios e paradoxos de uma economia da contribuição. **Estudos em Comunicação**. Portugal, n. 15, p. 5-21, maio 2014. Disponível em: <http://ec.ubi.pt/ec/15/pdf/EC15-2014Jun-02.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

PROULX, Serge. Perspectivas para pensar a cultura da contribuição online. In: PROULX, Serge; FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula da. **Midiatização e Redes Digitais**: os usos e as apropriações entre a dádiva e os mercados. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/processosmidiaticos/proulx/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina 2009.

REVISTA GOL. Todo Poder ao Povo. **Revista Gol**, n. 189, dez./2017.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. **Teoria da Comunicação**: Ideias, Conceitos e Métodos. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.446-477. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação**: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

SILVA, Míriam Cristina Carlos; SILVA, Paulo Celso da; SANTOS, Tarcyanie Cajueiro dos. Da incomunicação ao metáporo: para o retorno do humano à comunicação. In: NAVES, Danielle; LIESEN, Maurício. **Para Comunicar o Incomum**: escritos em homenagem aos 70 anos de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Editora Paulus, 2018. p. 152-182.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (123-146).

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 450-468, Out. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762005000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 maio 2019.

SOUSA, João Carlos; MORAIS, Ricardo. Os contextos da comunicação num mundo em mudança: a Internet, as oportunidades de participação e o jornalismo regional. **Revista Fronteiras**, v. 14, n. 02, 2012. Disponível em: [http://labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/201209041012-2191\\_9877\\_1\\_pb.pdf](http://labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/201209041012-2191_9877_1_pb.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

STALDONI, Luísa Schenato. **Culturas alternativas e a produção amadora em midiatização**: entre ascensões e declínios. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

STOLCKE, Verena. Gloria o maldición del individualismo moderno según Louis Dumont. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 07-37, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012001000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2019.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: **Revista Matrizes**. Vol.8, n.1, jan./jun 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/82928/85961>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

WOLTON, Dominique. Comunicação: um grande desafio científico e político do século XXI. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia (PUCRS)**, v. 9, n. 19, p. 07-16, dez./2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3179/2449>. Acesso em: 15 maio 2019.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

WOLTON, Dominique. Mídias personalizadas versus mídias generalistas: entrevista com Dominique Wolton. **Revista Sessões do Imaginário (PUCRS)**, v. 19, n. 32, p. 05-07, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/20103/12808>. Acesso em: 15 maio 2019.

WOLTON, Dominique. Pensa a internet. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia (PUCRS)**, v. 8, n. 15, p. 24-28, ago./2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3117/2390>. Acesso em: 15 maio 2019.